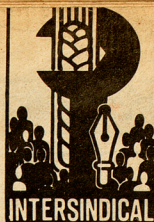


UNIDADE NA ACÇÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES

avanzada

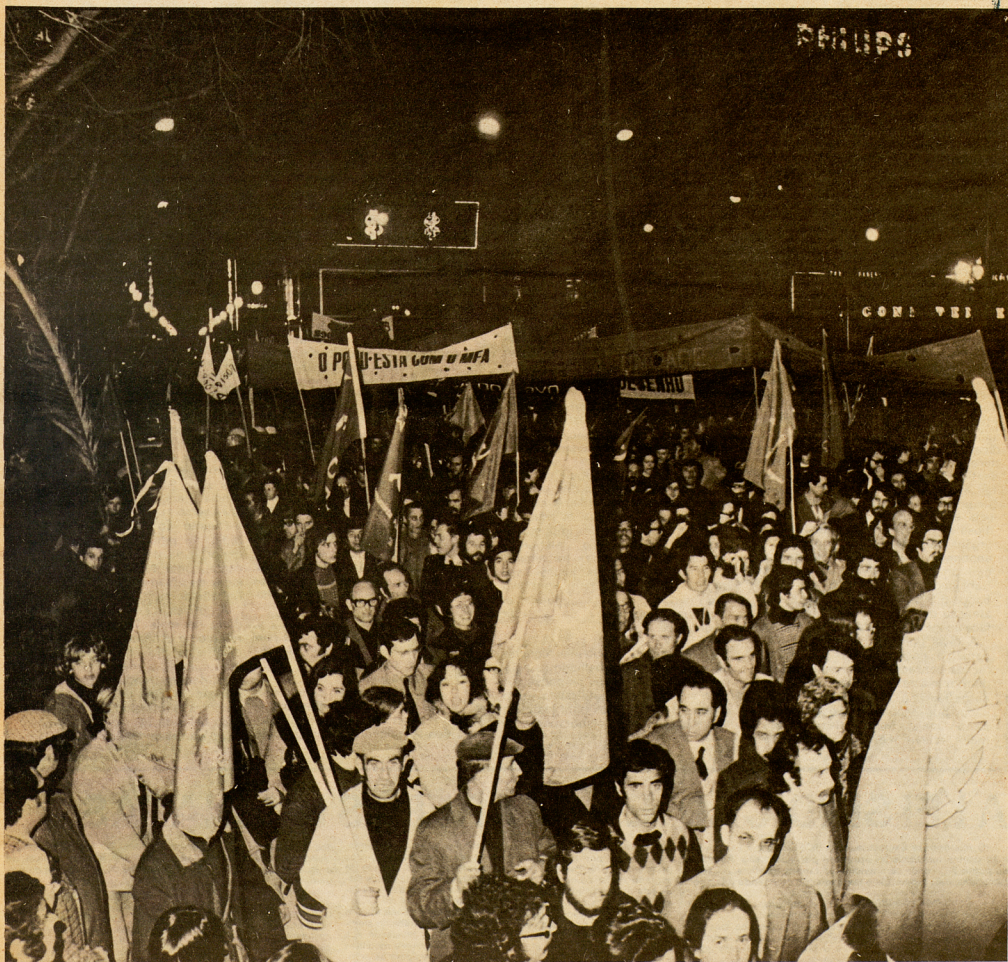
14

Sexta-feira, 14 de Março de 1975



CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
N.º 51374
11

VITÓRIA DA UNIDADE



VITÓRIA DA ALIANÇA POVO / MFA

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL PÁGINAS 2,3,4

A UNIDADE UNITÁRIA DOS TRABALHADORES SAIU REFORÇADA DO ÚLTIMO PLENÁRIO COMUNICADO DO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL

Sob o signo da unidade decorreu, no passado fim de semana, um plenário da Intersindical. Estiveram presentes 121 organizações, distribuídas como se segue: sindicatos membros efectivos (portanto, com direito de voto) 107; sindicatos observadores 6; sectores sindicais 6; delegações sindicais 2. O órgão máximo do movimento sindical unitário português, aprovou na maior parte dos casos, por unanimidade, ou apenas com abstenções importantíssimos documentos que publicamos no presente número. Sobre esta reunião magna de sindicatos, o Secretariado da INTER, deu ao nosso jornal o comunicado que a seguir transcrevemos:

A importância que sempre revestem os Plenários Nacionais da Intersindical foi, em relação a este último, particularmente significativa, quer pelas circunstâncias políticas que se verificaram, quer pelo amplo sentido unitário assumido pelos Sindicatos que o interesse da luta unida dos trabalhadores portugueses exigia.

É agora perfeitamente claro que a escalada reacção reaccionária desenvolvida desde há alguns meses e intensificada na semana passada prepara a intenção fascista de 11 de Março e o regresso do País ao regime derrubado em 25 de Abril.

A nível sindical, falhada que foi a «golpada do pluralismo sindical mas com a tarefa facilitada pelas hesitações dos órgãos do poder, Intersindical e os Sindicatos, sob variados pretextos. A ocupação do Sindicato dos Metalúrgicos e a acção divisionista no seio da classe no sentido de a colocar contra a Direcção, o boicote das eleições no Sindicato dos Químicos perpetrado pela ex-Direcção, a campanha insidiosa de que os meios foram alguns órgãos de «informação» e panfletos anónimos, eram acções concertadas que pretendiam dividir as massas trabalhadoras, diminuir a sua confiança nos Sindicatos, desviar a sua atenção do combate e da vigilância face ao inimigo de classe.

A nível político o clima deliberadamente criado através de declarações sensacionalistas que pretendiam mascarar a crescente actividade da reacção, objectivamente auxiliado por acções provocatórias e tanto mais minoritárias quanto maior relevo mereciam, facilitadas

pela complacência liberal, pretendia dividir o Movimento das Forças Armadas e os trabalhadores e entrar o processo revolucionário. Valendo-se de sólidos apoios de que ainda dispunha, a reacção não tinha pejo em alimentar a deterioração da situação política para justificar a supressão das liberdades e o regresso ao passado.

A nível ideológico era fomentado um falso problema religioso, caluniando-se a justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e, nas escolas, eram decretadas greves reaccionárias acompanhadas da crescente utilização da violência física que visava impedir uma discussão esclarecedora e democrática sobre a situação.

A nível económico não se apreendia medidas claramente anti-monopolistas e antilatifundistas, continuava a fazer-se recair o peso da crise sobre os trabalhadores, cujo desempenho crescia, e tomavam-se medidas antipopulares como o aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade. A sabotagem económica crescia, os seus responsáveis continuavam impunes. O Programa Económico, elaborado sem a participação dos trabalhadores, não reflectia as justas aspirações das massas nem apontava com a clareza que se impunha, os principais problemas da situação económica.

Entretanto os problemas concretos e diários dos trabalhadores agudizavam-se, os órgãos responsáveis pela sua resolução utilizavam todo o tipo de argumentos para justificar a sua passividade colaborando com o capital.

Foi neste clima que se realizou o Plenário. A confiança no processo revolucionário, na capacidade de luta das massas trabalhadoras em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas foi o factor decisivo que permitiu uma justa análise da situação e a adopção por unanimidade das mais importantes propostas que levávamos à sua superação.

A ampla participação e representatividade do Plenário e a experiência acumulada das lutas dos trabalhadores marcaram com justiça as principais e prioritárias direcções de trabalho a nível sindical.

Quanto à Lei Sindical, tendo em vista a mobilização e reforço da organização a todos os níveis da estrutura, desde as empresas à Intersindical, destacamos, da proposta aprovada por unanimidade o conjunto de acções que se segue:

1 — Nos locais de trabalho fomentando a eleição de delegados sindicais e a constituição de comissões de delegados sindicais e, consequentemente, o esclarecimento dos trabalhadores sobre a importância da sua sindicalização, sobre a necessidade de uma ampla participação na vida sindical, principalmente na discussão dos estatutos e no processo eleitoral, sobre a necessidade de desenvolver e reforçar a sua unidade.

2 — Nos sindicatos, fomentando a constituição de grupos de trabalho, impulsionando o aparelho de informação/formação, desenvolvendo sessões de esclarecimento, estando na primeira linha da condução das lutas, dando assim resposta aos problemas concretos dos trabalhadores.

3 — Nas Uniões, através de plenários constantes, apoiando, desenvolvendo e coordenando a acção sindical na sua área.

4 — Na Intersindical, estreitando a ligação às Uniões e Sindicatos, dando resposta aos grandes problemas dos trabalhadores, melhorando

a sua organização interna a nível de quadros dirigentes e de serviços.

5 — Iniciar a discussão sobre os problemas de reestruturação sindical, baseada na orientação aprovada nos Plenários da Intersindical, tendo em conta a actual estrutura e respeitando a vontade dos trabalhadores.

6 — Difundir amplamente a lei sindical que vier a ser aprovada a adaptar a estratégia às suas exigências.

7 — Criar cursos de formação e aperfeiçoamento de quadros sindicais, tendo em conta as necessidades e exigências do movimento sindical.

Quanto ao Programa de Política Económica e Social do Governo Provisório procedeu-se a uma análise da situação económica, verificaram-se as suas insuficiências que reflectiam as próprias contradições no seio dos órgãos do poder.

Com base nessa análise, foi aprovado por unanimidade uma proposta que visava o amplo esclarecimento e mobilização das massas trabalhadoras para as tarefas essenciais que se lhe põem no plano económico.

Os grandiosos comícios do dia 21 de Março em todo o País, a discussão que se processa a nível das comissões, permitirão reforçar a unidade dos trabalhadores em torno dos seus Sindicatos, condição essencial para um efectivo avanço a nível social e económico.

Quanto ao «Avanço» jornal e rádio, foi ratificada pelo Plenário a importância da sua utilização crescente como forma de estreitar os laços de união das lutas das classes trabalhadoras.

A admissão também por unanimidade de mais 10 novos membros reforçou a confiança na unidade sindical e já provada, e ora mais de dois milhões e meio de filiados actuais demonstram uma grande organização sindical das massas trabalhadoras, a Intersindical, é um poderoso baluarte para o prosseguimento do processo revolucionário.

A LEI SINDICAL E AS TAREFAS IMEDIATAS

O relatório do Secretariado da INTER sobre a Lei Sindical e as tarefas imediatas foi aprovado por aclamação. As síndeses do ponto 7 — onde se enunciaram as tarefas imediatas foram discutidas, uma a uma. Eis o texto integral do referido relatório:

1 — Em tempo oportuno foi discutido pelos trabalhadores, através da sua estrutura sindical, o projecto de Lei das Associações Sindicais depois deste Secretariado ter intervenido neste sentido, tendo em conta a moção aprovada no plenário de 12 e 13 de Outubro.

2 — Após essa ampla discussão, alguns partidos que não se promoveram a lançar-se numa histórica campanha procurando confundir os trabalhadores acerca da Unidade e Unidade Sindical, em volta do conceito de liberdade, tentando provocar divi-

ciação em Portugal.

5 — Se, por um lado, o princípio da Unidade foi consagrado na lei como corolário de luta dos trabalhadores e da sua estrutura sindical com o apoio das organizações políticas verdadeiramente progressistas e em estreita aliança com o M. F. A., por outro, algumas afirmações que têm vindo a público levam-nos a considerar que os restantes aspectos defendidos pelos trabalhadores, possam vir expressados de forma a dificultar a reestruturação dos sindicatos por ramo de actividades.

6 — Também as tentativas de desacreditar o movimento sindical com o fim de lançar os trabalhadores uma contra os outros procurando perturbar a sua luta contra os monopólios,

os latifúndios, o desemprego, a alta do custo de vida, etc., mostra bem a necessidade de reforçarmos a unidade dos trabalhadores em volta da sua estrutura sindical.

7 — Assim preconizamos a dinamização do trabalho sindical a todos os níveis da sua estrutura, de forma a mobilizar os trabalhadores para as grandes tarefas imediatas que se põem:

a) Nos locais de trabalho, fomentando a eleição de delegados sindicais e a constituição de comissões de delegados sindicais, desenvolvendo sessões de esclarecimento, estando na primeira linha na condução das lutas, dando assim resposta aos problemas concretos dos trabalhadores.

b) Nos sindicatos, fomentando a constituição de grupos de trabalho, impulsionando o aparelho de informação/formação, desenvolvendo sessões de esclarecimento, estando, na primeira linha na condução das lutas, dando assim resposta aos problemas concretos dos trabalhadores.

c) Nas Uniões através de plenários constantes, apoiando, desenvolvendo e coordenando a acção sindical na sua área.

d) Na Intersindical, estreitando a ligação às Uniões e sindicatos, dando resposta aos grandes problemas dos traba-

lhadores, melhorando a sua organização interna a nível de quadros de dirigentes e de serviços.

e) Iniciar a discussão sobre os problemas de reestruturação sindical baseada na orientação aprovada nos plenários da Intersindical, tendo em conta a actual estrutura e respeitando a vontade dos trabalhadores.

f) Difundir a lei sindical que vier a ser aprovada e adaptar a estratégia às suas exigências.

g) Criar cursos de formação e aperfeiçoamento de quadros sindicais tendo em conta as necessidades e exigências do movimento sindical.

A INTER E O PLANO ECONÓMICO POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE UMA VERDADEIRA ESTRATÉGIA ANTI-MONOPOLISTA

nível
vícios.
ore os
sindi-
prova-
dical, a
tura tra-

a lei
rada a
s exis-

mação
sindi-
ssida-
to sim-

Política
no Pro-
análise
erifica-
ões que
dições

a apro-
posta
mento
abalha-
ões que
nico.

dia 21
es das
a uni-
torno
ão es-
sância

nal e
nário a
o cres-
tar os
classes

animi-
mbros
de sin-
dos ac-
os orga-
traba-
o pode-
uimen-

a sua or-
nível de
e de ser-

ção sobre
restru-
çada na
nos pla-
cultural
e de os tra-

ndical que
e adaptar
suas exis-

a formação
unidade
ontas as
deções na

A crescente deterioração da situação económica e o avanço do processo revolucionário após o «20 de Setembro» permitiram ultrapassar parte das dificuldades existentes a nível governamental quanto à tomada de posições que concretizassem a «estratégia anti-monopolista». Para isso, contribuiu também a acção das massas trabalhadoras, em estreita aliança com o M.F.A., no sentido de demonstrar a impossibilidade de fazer avançar a democratização sem alterar as estruturas económicas e sociais herdadas do fascismo.

Foi formado, a nível do Governo, um grupo constituído pelo ministro sem pasta Melo Antunes e pelos principais responsáveis dos Ministérios da Economia e Finanças encarregado de elaborar um «Programa de Política Económica e Social» (P.P.E.S.) que contivesse as «orientações básicas» a imprimir à economia nacional, grupo esse que a partir de Outubro/Novembro de 1974, começou a trabalhar.

Os objectivos em vista, na altura eram, não só a definição da política económica e social, nas suas linhas gerais, como também a elaboração, a partir desse documento, de um «Plano Económico de Transição» (P.E.T.) quantificado e suficientemente pormenorizado, com o «horizonte perspectivo de três anos», a publicar até ao fim do mês de Janeiro.

Intimamente relacionado com a elaboração do «P.E.T.» foi decidido pelo Conselho de Ministros, a criação de Grupos de Trabalho, com representantes de departamentos governamentais e das entidades patronais e sindicais que até 3 de Janeiro produziram planos coerentes de actuação suficientemente precisos, que contivessem medidas de emergência para fazer face aos problemas mais agudos da situação económica.

O Secretariado da Intersindical, tal como alguns Sindicatos foram contactados telefonicamente e convidados a enviar representantes para os Grupos de Trabalho que na maioria dos casos reuniram no dia seguinte.

O esforço foi conduzido no imediato no sentido de encontrar para cada sector, técnicos competentes de forma a manterem as estruturas sindicais convenientemente representadas e a poderem ter uma acção decisiva no seio dos grupos. Se este último aspecto aconteceu até onde foi possível, no primeiro, pela diversidade de pessoas contactadas e pelas dificuldades de não serem ligados ao trabalho em conjunto, levou a um grande atraso no começo da coordenação, que deu início ao Secretariado viúvo necessário.

Foram estas dificuldades que levaram o Secretariado a examinar tardiamente o problema e a propor uma linha de acção que, depois de terem sido com os representantes sindicais foi levada à prática e imediatamente a seguir comunicada aos Sindicatos.

Há que distinguir os diferentes níveis que os trabalhos assumiram: P.P.E.S., P.E.T. e «G.T.» para propor medidas de emergência e de curto prazo, incluindo tanto o investimento necessário quanto a Imprensa, pelas

informações que dispunha, geralmente os confundia. Apenas nos Grupos de Trabalho criados no âmbito do Secretariado Técnico do Planeamento (S.T.P.) houve a presença de Representantes Sindicais.

Quando os G.T. procediam aos diagnósticos da situação, a equipa ministerial avançou autonomamente na elaboração de um primeiro projecto que veio a ser submetido à apreciação do G.P. e do M.F.A. A partir das críticas recolhidas, nomeadamente quanto à necessidade de uma maior concretização de certos pontos, P.P.E.S. veio a ser objecto de algumas alterações.

O irinão de um capítulo com a enunciação de «medidas de curto prazo» que decorrem do próprio Programa e dos resultados já conhecidos dos Trabalhos em curso na orgânica de planeamento e nos grupos interministeriais criados para o efeito», veio a gerar uma justificada confusão quanto aos verdadeiros objectivos dos Trabalhos desde mesmos Grupos, confusão essa que levou à aprovação, pelos elementos dos G.T. no Seminário que se realizou em Fevereiro para finalizar a primeira fase dos Trabalhos de uma proposta em que se criticava as formas que o processo assumia.

Foi precisamente no início deste Seminário que foi lida a declaração do Secretariado, que a seguir se transcreve, já enviada aos Sindicatos e órgãos de Informação.

II

Sobre os relatórios dos representantes sindicais, como foi visto, o Secretariado da Intersindical em 13/2/75 encarregou os representantes sindicais de diversos grupos de trabalho de elaborarem um relatório sobre o tema que estiverem em discussão, que constituiria uma primeira contribuição de análise sindical da situação económica actual e de propostas concretas para que esta seja superada.

Deste relatório será dada ampla divulgação de forma a poder vir a integrar eventuais contribuições das organizações sindicais dos trabalhadores.

Os campos abrangidos pelos relatórios devem-se, não só à preparação específica dos representantes sindicais, mas também à consciência de que a sua análise permite detectar alguns dos mais importantes problemas económicos que afectam os trabalhadores. Deve entender-se os relacionamentos, não como uma contradição, pelo contrário, pelo trabalho do Governo, mas sim como um contributo específico para uma melhor percepção da situação económica e das medidas que se impõem de imediato.

A construção da democracia económica passa pelo controlo do poder económico pelo poder político, pelo avanço da crescente crie de emprego, em que o sector da construção civil desempenha papel crucial na estabilização dos preços e pela definição de uma justa política salarial incluída na mesma acção de criação do salário mínimo face à evolução dos preços, pelo aumento do investimento e produção interna e o estabelecimento

A maneira como funcionaram os grupos de trabalho que elaboraram os vários pontos do Plano Económico foi objecto de um extenso relatório do Secretariado sobre a participação de representantes sindicais nos grupos de trabalho e em que se sublinhava o facto de o Plano Económico e Social do Governo Provisório «apesar de reflectir as contradições a nível de poder político em Portugal é um importante documento que urge não desprezar a partida com argumentos as mais das vezes insuficientes e infantis».



ento de relações económicas externas que garantam e perserverem a independência nacional, possa, em resumo pela definição de uma correcta estratégia anti-monopolista e anti-fascista.

Efectivamente, relacionados com estes problemas estão a luta contra o sabotagem económica e o papel decisivo que os trabalhadores, podem desempenhar nesse campo.

Cabe aqui fazer notar que, apesar da importância dos relatórios que se seguem, não

estão de forma nenhuma esgotados os campos que deveriam ser tratados pelo mesmo com a mesma exhaustão. Esse trabalho deve fazer-se e far-se-á certamente, sendo este uma das tarefas do Departamento Económico a criar.

Lado dos relatórios apresenta uma estrutura básica, com ligeiros ajustamentos que se pode sintetizar nos seguintes pontos:

1. — Estrutura, organização e funcionamento do sector
2. — Diagnóstico da situação actual
3. — Medidas tomadas pós 25 de Abril
4. — Medidas propostas

Consideramos que estes relatórios constituem a prova mais evidente da necessidade de participar em trabalhos relacionados com a politica económica em geral, pois tal participação permite e acaba a informar os directores de obter pelas vis «normais» (há que evitar os estudos a que procedem para a Intersindical) e além disso permite detectar as orientações dominantes possibilitando a sua denuncia concreta e imediata quando não visam uma melhoria da vida dos trabalhadores, quando vão em oposição ao programa do M.F.A.

Devemos no entanto, ter consciência que não será tal participação que mudará o rumo económico do nosso País.

Este aspecto conseguir-se-á nas lutas concretas das empresas, preservando-se a resolução dos problemas tendo em considerações as soluções de fundo que são necessárias para o avanço da democratização económica.

O Programa Político Económico e Social do Governo Provisório, apesar de reflectir as contradições existentes a nível do poder político em Portugal é um importante documento que urge não desprezar a partida com argumentos a mais das vezes insuficientes e infantis.

Efectivamente há medidas a adoptar que interessam e respeitam às massas trabalhadoras e que defendem fundamentalmente da sua luta e organização, o seu avanço e concretização no imediato. Em especial merecem referência as medidas que se referem ao agrário que, completadas com o necessário apoio técnico e financeiro, não poderão melhorar as condições pro-

actual

3. — Medidas tomadas pós 25 de Abril
4. — Medidas propostas

Consideramos que estes relatórios constituem a prova mais evidente da necessidade de participar em trabalhos relacionados com a politica económica em geral, pois tal participação permite e acaba a informar os directores de obter pelas vis «normais» (há que evitar os estudos a que procedem para a Intersindical) e além disso permite detectar as orientações dominantes possibilitando a sua denuncia concreta e imediata quando não visam uma melhoria da vida dos trabalhadores, quando vão em oposição ao programa do M.F.A.

Devemos no entanto, ter consciência que não será tal participação que mudará o rumo económico do nosso País.

Este aspecto conseguir-se-á nas lutas concretas das empresas, preservando-se a resolução dos problemas tendo em considerações as soluções de fundo que são necessárias para o avanço da democratização económica.

O Programa Político Económico e Social do Governo Provisório, apesar de reflectir as contradições existentes a nível do poder político em Portugal é um importante documento que urge não desprezar a partida com argumentos a mais das vezes insuficientes e infantis.

Efectivamente há medidas a adoptar que interessam e respeitam às massas trabalhadoras e que defendem fundamentalmente da sua luta e organização, o seu avanço e concretização no imediato. Em especial merecem referência as medidas que se referem ao agrário que, completadas com o necessário apoio técnico e financeiro, não poderão melhorar as condições pro-

A DIRECCÃO DOS QUÍMICOS DE LISBOA EXPULSA DO SECRETARIADO

Os representantes, dos sindicatos presentes no plenário da Intersindical, face às atitudes divisionistas e de ataque à Intersindical decidiram expulsar aquela direcção do Secretariado da Intersindical defendendo no entanto, a permanência do sindicato na Intersindical pois não devem ser os trabalhadores neste filiados a sofrer as consequências da actuação incorrecta da sua direcção.

Eis a proposta aprovada: Considerando que a direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa fez graves acusações publicas à Intersindical;

— Considerando que antes de assumir essas posições as deveria ter discutido, previamente, no Secretariado da Intersindical, de que se é membro;

— Considerando que nunca o fez nem sequer as medidas a tomar em consequência da actuação incorrecta da sua direcção.

seu actuacao em nada contribuiu para a unidade e para o prestígio da organização sindical unitaria dos trabalhadores portugueses;

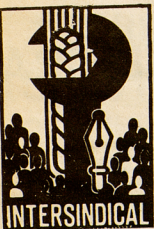
— Considerando ainda o comportamento antidemocrático da direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa em plenários, e a total ausência de trabalho no Secretariado da Intersindical nos grupos de trabalho para que tinham sido eleitos;

— Propõe-se: 1. Um voto de censura à direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa pelo seu comportamento.

2. Destituir a direcção deste sindicato do Secretariado e de todos os cargos que porventura ocupe na Intersindical.

Defende-se, contudo, que o Sindicato dos Químicos de Lisboa continue a pertencer à Intersindical dado que não deverão ser os trabalhadores imbuídos a sofrer as consequências da actuação incorrecta da sua direcção.

PLENÁRIO DA INTER - PLENÁRIO DA INTER - PLENÁRIO DA INTER



Sobre o horário de trabalho TRABALHAR MAIS ? PARA QUEM ?

Das condições em que os trabalhadores contribuem para o processo produtivo, o horário de trabalho é questão fundamental. Na verdade, de uma maneira geral, é em função dele que o trabalho é retribuído e é dentro dele que se processa, em sociedade capitalista, a extração da mais-valia, sendo paga apenas parte das horas de trabalho prestado, e apropriando-se os capitalistas e empresários da porção não distribuída nem reinvestida na reprodução do capital fixo.

Se é certo que os trabalhadores têm normalmente um horário fixo, nos seus limites não

recebem a retribuição correspondente aos bens e serviços produzidos. Isto sucede porque os meios de produção não são propriedade de quem os utiliza trabalhando, mas de classes parasitárias, que se com o capital acumulado contribuem para o processo produtivo. Não produzem, não trabalham, investem aquilo que receberem por herança ou que ganharam em negócios especulativos. A classe produtora, os operários e camponeses, vêm-se, assim, empolados na venda do seu único bem: o seu força de trabalho, que é paga abaixo do valor produzido e apenas na medida necessária à sua sobrevivência e reprodução como classe.

Nesses termos, esta é a principal contradição da sociedade capitalista, ou seja, a classe produtora não possui os meios de produção que são propriedade da classe parasitária. Uma análise científica do processo histórico leva-nos à conclusão de que só a conquista dos referidos meios de pro-

dução por quem trabalha, de modo a que a produção seja dirigida pelos trabalhadores e sejam estes os únicos a beneficiar dos bens produzidos, conduziria não só a uma verdadeira justiça social mas também a um verdadeiro incremento das forças produtivas e, consequentemente, de produtividade do trabalho. Por isso, são falsas, porque contrárias aos interesses dos trabalhadores, as propostas de aumento da produção em sociedade capitalista, quando os principais benefícios desse aumento são os investidores privados e os gestores do capital, e não os trabalhadores.

Só sendo os trabalhadores a beneficiar do aumento da produção este se justifica para eles e pode, por isso, receber a sua adesão.

Nestes termos, esta é a principal contradição da sociedade capitalista, ou seja, a classe produtora não possui os meios de produção que são propriedade da classe parasitária. Uma análise científica do processo histórico leva-nos à conclusão de que só a conquista dos referidos meios de produção por quem trabalha, de modo a que a produção seja dirigida pelos trabalhadores e sejam estes os únicos a beneficiar dos bens produzidos, conduziria não só a uma verdadeira justiça social mas também a um verdadeiro incremento das forças produtivas e, consequentemente, de produtividade do trabalho. Por isso, são falsas, porque contrárias aos interesses dos trabalhadores, as propostas de aumento da produção em sociedade capitalista, quando os principais benefícios desse aumento são os investidores privados e os gestores do capital, e não os trabalhadores.

do imperialismo, seja substituído pelo Estado democrático popular.

Isto só acontece com o derrebur e destruição do aparelho de Estado capitalista subordinado aos interesses e privilégios da classe exploradora, e pela sua substituição por um Estado amplamente democrático em que seja este a dispor dos destinos económicos e políticos da sociedade. Em resumo, sendo a classe trabalhadora a lutar nas suas mãos o destino do Estado, a comandar o seu rumo e a determiná-lo no campo económico, se poderá vencer a contradição fundamental da sociedade capitalista e fazer avançar o processo produtivo e histórico. E isto porque não se pode esperar que os explorados venham contribuir para o enriquecimento da classe que os explora pelas formas mais subitas e simultaneamente, mais duras e implacáveis.

Se o aumento da produção só obtém o apoio dos trabalha-

dores se torem estes a dele beneficiar, e se eles só se agarrarem, justu da situação real, geral e setorial, de modo a por ela os guilermos e a ela subordinarem as nossas lutas concretas. Só essa análise nos leva à determinação das nossas principais reivindicações imediatas. As nossas condições de vida e de trabalho dependem no fundamental da estratificação social resultante da distribuição económica dos bens; nunca devemos perder de vista que enquanto a situação política se não encaixar para uma democracia do povo, para um Estado popular, não podemos esperar que os benefícios sociais e económicos nos venham ter às mãos, como dádiva da classe dominante.

Em estas coordenadas, em conjunto, que devem ser encarádas, em concreto, as reivindicações diversas da classe trabalhadora, não podemos esquecer o horário de trabalho. Sempre a sociedade capitalista, os patrões e o Estado burguês operarem decididamente à diminuição do horário de trabalho, logo a luta dos trabalhadores. No entanto, e perante a luta determinada da classe trabalhadora, a classe dominante tem de sofrer. Mas fé-lo procurando uma compensação no aumento dos ritmos de trabalho, de modo a não diminuir a produtividade. Este é um aspecto fundamental que devemos ter em conta em todas as ofertas de diminuição do horário de trabalho.

Em segundo lugar, e enquanto não formos nós os detentores do poder político e económico, não nos podemos orientar, além do rumo atrás indicado, no sentido da conquista da regalia social e das condições de trabalho compatíveis com a nossa situação de seres humanos, com a nossa condição de homens activos e empreendedores. Por isso não devemos dar tréguas às lutas sociais industriais, agrícolas ou urbanas, a principal preocupação de ver a ser a diminuir as diferenças e desigualdades mais gritantes como primeiro passo no caminho de uma completa e justa igualdade.

Em terceiro lugar, mas não último, há que ter em conta as condições políticas e económicas concretas do País neste momento. Por um lado, há que alargar a consciência de classe dos nossos camaradas, de modo a arrastar-lhes irremediavelmente os atrasados, para a nossa luta comum e colectiva; por outro, há que lutar para que não se crie uma situação económica concreta de cada empresa e do País, de modo a não paralisar a actividade devido à reivindicações irrealistas, isto sempre de vista que muitos casos de dificuldades económicas derivam simultaneamente da administração e do desejo desmedido de aumentar os lucros.

Se quisermos graduar a importância de todos estes factores devemos colocar a prioridade a luta antimonopolista e antifundamentalista, isto é, a luta contra os grandes e primeiros detentores de capitais e, por isso, exploradores da nossa força de trabalho. Esta luta deve ser dissolvente ligada aquela que tem por fim substituir-nos organizadamente aos gestores e detentores da produção, colocando esta na dependência dos nossos interesses de classe e no dispositivo

a todo o momento de fazer uma apreciação, justa da situação real, geral e setorial, de modo a por ela os guilermos e a ela subordinarem as nossas lutas concretas. Só essa análise nos leva à determinação das nossas principais reivindicações imediatas. As nossas condições de vida e de trabalho dependem no fundamental da estratificação social resultante da distribuição económica dos bens; nunca devemos perder de vista que enquanto a situação política se não encaixar para uma democracia do povo, para um Estado popular, não podemos esperar que os benefícios sociais e económicos nos venham ter às mãos, como dádiva da classe dominante.

Em estas coordenadas, em conjunto, que devem ser encarádas, em concreto, as reivindicações diversas da classe trabalhadora, não podemos esquecer o horário de trabalho. Sempre a sociedade capitalista, os patrões e o Estado burguês operarem decididamente à diminuição do horário de trabalho, logo a luta dos trabalhadores. No entanto, e perante a luta determinada da classe trabalhadora, a classe dominante tem de sofrer. Mas fé-lo procurando uma compensação no aumento dos ritmos de trabalho, de modo a não diminuir a produtividade. Este é um aspecto fundamental que devemos ter em conta em todas as ofertas de diminuição do horário de trabalho.

Em segundo lugar, e enquanto não formos nós os detentores do poder político e económico, não nos podemos orientar, além do rumo atrás indicado, no sentido da conquista da regalia social e das condições de trabalho compatíveis com a nossa situação de seres humanos, com a nossa condição de homens activos e empreendedores. Por isso não devemos dar tréguas às lutas sociais industriais, agrícolas ou urbanas, a principal preocupação de ver a ser a diminuir as diferenças e desigualdades mais gritantes como primeiro passo no caminho de uma completa e justa igualdade.

Em terceiro lugar, mas não último, há que ter em conta as condições políticas e económicas concretas do País neste momento. Por um lado, há que alargar a consciência de classe dos nossos camaradas, de modo a arrastar-lhes irremediavelmente os atrasados, para a nossa luta comum e colectiva; por outro, há que lutar para que não se crie uma situação económica concreta de cada empresa e do País, de modo a não paralisar a actividade devido à reivindicações irrealistas, isto sempre de vista que muitos casos de dificuldades económicas derivam simultaneamente da administração e do desejo desmedido de aumentar os lucros.

Se quisermos graduar a importância de todos estes factores devemos colocar a prioridade a luta antimonopolista e antifundamentalista, isto é, a luta contra os grandes e primeiros detentores de capitais e, por isso, exploradores da nossa força de trabalho. Esta luta deve ser dissolvente ligada aquela que tem por fim substituir-nos organizadamente aos gestores e detentores da produção, colocando esta na dependência dos nossos interesses de classe e no dispositivo

ACTUALIZAÇÃO E AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

1. Considerando que o capitalismo, como sempre o fez, sobre a classe operária e os trabalhadores explorados, o peso da crise que atravessa e que ele mesmo provocou;

2. Considerando que existem massas trabalhadoras a sofrer rudemente com o desemprego, existindo neste momento, mais de 200 mil desempregados, um ataque desenfreado do patronato no sentido de lançar entre os trabalhadores e desconfiança no processo de democratização em curso, e a criação de condições que permitam o desencadear de acções descontroladas, cujos objectivos só a reacção poderá aprovelar;

3. Considerando ser o aumento do custo do vida, enquanto tanto verificado, um elemento inaceitável pelos trabalhadores;

4. Considerando estar o patronato a desenvolver todos os esforços no sentido de sabotar os processos de contratação colectiva, criando graves dificuldades não só durante as negociações, mas também na sua aplicação, recusando-se, na maioria dos casos, a respeitar os acordos celebrados;

5. Considerando que, se por um lado a regulamentação do salário mínimo de 3.300\$000 contemplar a maioria dos trabalhadores portugueses, por outro, passados meses, os trabalhadores sentem diminuído o seu poder de compra e, consequentemente, o agravamento da sua situação económica;

6. Considerando estarmos perante um desvario e uma atenuação da opinião pública e descaída das organizações representativas dos trabalhadores e o próprio M.F.A. em que o objectivo de dar cobertura às suas acções de sabotagem económica e política, desde a fuga de capitais até ao ataque à unicidade sindical, etc.;

7. Considerando que os princípios enunciados no programa do M.F.A. afirmam que:

1. Que a Intersindical Nacional manifeste junto do Governo Provisório o seu protesto em termos bem precisos, o seu protesto pelo constante agravamento do custo de vida e pelo aumento dos despedimentos que se têm vindo a avolumar-austadoramente, sem que para tal se hajam tomado medidas eficazes;
2. Que de imediato se realize um amplo debate do "Plano Económico" em todos os locais das Delegações Sindicais, Assembléias Gerais de Trabalhadores e sessões de esclarecimento, que permita encontrar soluções práticas que, resolvendo os problemas dos trabalha-

dores, conduzam à concretização do processo revolucionário;

3. Que as conclusões deste debate sejam transmitidas pelos sindicatos ao Secretariado da Intersindical;

4. Que o Secretariado da Intersindical promova a elaboração das respectivas conclusões, as apresente ao Governo Provisório, M.F.A. e a demais entidades que entenda, dando-lhe a maior divulgação possível;

5. Que se realizem no 21 do corrente mês nos diversos distritos, comícios que visem a denúncia do desemprego, contra os despedimentos;

6. Contra o aumento do custo de vida;

7. Pela actualização do salário mínimo;

8. Pelo cumprimento dos Contratos Colectivos;

lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica em termos do serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a redução do custo de vida, o que, necessariamente, implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em termos de domínios, terá essenciais como objectivos a redução do desemprego, das classes trabalhadoras e o aumento progressivo da qualidade de vida de todos os portugueses;

8. Considerando que o Plano Económico de Emergência não corresponde totalmente aos anseios dos trabalhadores e que a resolução de tão importantes problemas, exige medidas de fundo, estruturais, que mandam a criação de uma "via socializante" apontada pelo M.F.A. e a construção da sociedade sem exploração dos trabalhadores;

9. Considerando que só uma nova movimentação dos trabalhadores, unidos nas suas organizações de classe, em aliança com o M.F.A. e todas as forças progressistas, conseguirá travar a marcha do capitalismo reaccionário;

PROPOSTA

1. Que a Intersindical Nacional manifeste junto do Governo Provisório o seu protesto em termos bem precisos, o seu protesto pelo constante agravamento do custo de vida e pelo aumento dos despedimentos que se têm vindo a avolumar-austadoramente, sem que para tal se hajam tomado medidas eficazes;

2. Que de imediato se realize um amplo debate do "Plano Económico" em todos os locais das Delegações Sindicais, Assembléias Gerais de Trabalhadores e sessões de esclarecimento, que permita encontrar soluções práticas que, resolvendo os problemas dos trabalha-

A INTERSINDICAL JÁ TEMO SEU HINO

Um grupo de camaradas e amigos, entre os quais se contam redactores do jornal "Avançada", ofereceram à Intersindical um hino, baseado em música de um antigo do século XIX (trata-se de uma canção de guerreiros portugueses, daquela época), com letra dedicada à luta dos trabalhadores no actual momento histórico.

Reunidos em Plenário os representantes dos sindicatos aprovaram por aclamação o seu hino cuja letra é a seguinte:

Operários, vanguarda do Povo Camponeses que a terra larvamos
Libertários do jugo pr sempre
do Povo quem vos libertamos
refrão: Unidade! Unidade! Unidade!
Do trabalho contra o capital
bis (Camaradas lutemos unidos)

Porque é nossa a vitória final!
Nave e Sul, vindes trabalhadores,
Pescadores não fiquéis para trás
Avante, e sem medo, na luta
Pelo Pão, pelo Trabalho, pela Paz!

refrão: Unidade! Unidade! Unidade!
Todos juntos numa só torrente
Na cidade, no campo e no mar
Alcançemos com as Forças Armadas
do Povo o Governo Popular
refrão: Unidade! Unidade! Unidade!
etc.

Fábrica Máximo de Almeida : "TEMOS DE MENDIGAR OS SALÁRIOS E OS SERVIÇOS" OS TRABALHADORES

PERANTE o abandono a que foram votados pelo patrão, 128 trabalhadores da fábrica Francisco Máximo de Almeida encontram-se na situação de autogestão forçada, aguardando a tomada de medidas por parte do Estado. Trata-se de uma pequena unidade metalúrgica que se dedica, fundamentalmente, à produção de caixas metálicas destinadas a cabines telefónicas, excetando, no entanto, que quer tipo de trabalho de média metalúrgica, no meadamento, equipamentos para matadouro, acessórios para a TAP, etc.

Quem passa pelo nº 3, 2 da Rua Pedro de Albuquerque dificilmente imagina que, por detrás de um pequeno portão, 128 pessoas, trabalhando em condições precárias, lutam pelos seus justos direitos.

Para tomarmos conhecimento da luta travada por estes trabalhadores, contactámos a Comissão que os representa bem como alguns elementos da Comissão de Gestão. Ao João Mendes quem começou por nos afirmar: «Até ao 25 de Abril nunca houve reivindicações. No entanto sabemos que a situação financeira da firma não era das melhores. Dávamos conta de gastos superiores, de má administração, etc. Mas, como os ordenados não sendo pagos, deixamos andar até ao 25 de Abril tudo continuou na mesma. Entretanto, em Novembro, tomámos conhecimento de uma carta em que o patrão, sr. Orlando Almeida, pediu um empréstimo à Secretaria do Tesouro, ao BNU e ao Banco Português do Atlântico. Tudo isto confirma a situação em que a firma se encontra».

Em face desta situação, os trabalhadores organizaram-se e tomaram medidas. «Em Dezembro — prossegue João Mendes — convocámos um plenário sendo eleita a Comissão de Trabalhadores e os delegados sindicais, que até então não existiam. Ao mesmo tempo foi elaborado o caderno reivindicativo em que nem sequer se tocava nos salários. Fundamentalmente, pretendíamos o afastamento de certas pessoas e o controlo da aplicação de financiamentos que até nos competia pedir. Sobre as reivindicações feitas Manoel Ramos adiantou-nos que a compra de um carro, de um tractor, de uma máquina de lavar roupa e um tratamento, as reparações feitas no carro de um outro engenheiro, obras feitas em casa do patrão, bem como, em casa de uma pessoa amiga, o pagamento de jantes e banquetes, «Focámos a firma e foi por nós detectado de um dia para o outro».

«Relativamente à situação financeira da empresa foi salientado a falta de pagamentos de salários a existência de «números cheques sem cobertura passados aos trabalhadores no valor de cerca de 200 contos», e ainda a transferência da contabilidade para os serviços centrais o que dificultava ao controlo do contabilístico da actividade da empresa por parte dos trabalhadores».

«No entanto, os trabalhadores durante o período de descanso complementar. Este período de descanso complementar, estabelecido por os patrões, é obrigatório de os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

«Esta obrigação de os patrões dispensar «os profissionais que sejam dirigentes, delegados ou representantes sindicais, dirigentes e instituições de previdência e membros de comissões paritárias, para o exercício das suas funções, sem obrigatoriedade de remuneração e até ao limite de 120 horas semanais».

TRABALHADORES EM LUTA

REUNIDOS em plenário, os trabalhadores da empresa UTIC (Norte) decidiram lutar pela nacionalização dos transportes, como já sucedera com os seus camaradas do Sul, propondo ao Governo medidas imediatas e exigindo medidas urgentes de congelamento de contos bancários de transportadores que sabotam a economia nacional.

Os trabalhadores deliberaram que sejam cancelados os créditos as firmas Stand Brochado (Braga), no valor de 14.800 contos, Auto Costa, Ltd (Aveiro), de 8760 contos e que a comissão sindical investigue de outros devedores.

Na sua luta contra a sabotagem económica, os trabalhadores da UTIC (Porto), considerando que o advogado Dr. Brochado Teixeira deve mais de 700 contos e não paga nem dá qualquer abate à conta desde Setembro de 1973, para além de ter outro débito na conta do concelheiro de mais de 200 contos e que não regulariza, propuseram à gerência que afaste aquele advogado de qualquer serviço da empresa e que lhe seja imediatamente cancelado qualquer débito, independentemente de uma acção judicial.

Segundo outras propostas apresentadas e aprovadas, os trabalhadores decidiram que as novas tabelas sejam analisadas nas reivindicações salariais pelo pessoal do Norte e propuseram ainda a redacção de um comunicado dirigido ao Governo em que se pede o congelamento de preços.

TRANSPORTES

Um representante dos Rodoviários da Empresa de Transportes «Bucelense» propôs a nacionalização da referida empresa, assim como de outras empresas do mesmo grupo (Auto-Taxi Alenquer, Faliços, Sername e várias empresas de táxi), proposta que foi aceite por todos os trabalhadores, cerca de 180, que se encontravam reunidos em plenário. Presentes dirigentes sindicais dos Rodoviários (motoristas), Escritórios e Cobradores.

Durante a reunião foi feito o ponto da situação, informando a uma trabalhadora as várias demarcações efectuadas quer com a administração quer com as entidades oficiais no sentido de travar as actividades sabotadoras de empresas. Relativamente à situação financeira da empresa foi salientado a falta de pagamentos de salários a existência de «números cheques sem cobertura passados aos trabalhadores no valor de cerca de 200 contos», e ainda a transferência da contabilidade para os serviços centrais o que dificultava ao controlo do contabilístico da actividade da empresa por parte dos trabalhadores».



Contração colectiva

ELECTRICISTAS DO PORTO

VAI ser publicada nova portaria para regulamentar o conflito entre os electricistas do comércio de material eléctrico do concelho do Porto, em virtude do impasse nas tentativas de negociações directas com o Grémio dos Comerciantes de Material, Máquinas e Aparelhos Eléctricos do Concelho do Porto.

A solução por via administrativa para revisão parcial do contrato foi, já determinada pelo Ministério do Trabalho, e a portaria vinculará todas as entidades patronais representadas pelo referido Grémio e os trabalhadores representados pelo Sindicato dos Electricistas do Porto. As remunerações mínimas regulamentadas vão atingir 4.000\$00 para profissionais do primeiro ano até 7.800\$00, a que corresponde a categoria de encarregado. As disposições serão retroactivas desde 1 de Setembro passado e as diferenças salariais dos resultantes poderão ser pagas até 31 de corrente. As diuturnidades, fixadas pela portaria, incidirão sobre as remunerações mínimas mensais.

CAIXEIROS

O Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixaeiros do Distrito de Aveiro e o Grémio acordaram um C.E.T., com efeitos retroactivos, a partir de 1/1/74, no que respeita à retribuição de trabalho, pagamento de despesas por pequenas quantias e a existência de uma geração de horas extraordinárias e subsídios. Foram instituídos três grupos de categorias (A, B e C), que correspondem, respectivamente, profissionais de escritório, contadores de escritório e profissionais de comércio.

Na parte relativa a horários, estabeleceu-se: «o trabalho extraordinário não pode exceder duas horas diárias, e em caso algum, 120 horas anuais». Por outro lado, este trabalho extraordinário será pago com juros de 100 a 200 por cento, consoante se tratar de trabalho diurno, nocturno ou

FOTÓGRAFOS

No C.C.T., agora aprovado, pelo os trabalhadores fotógrafos, estabeleceu-se um leque salarial que vai de 4500\$00 (auxiliar) a 7000\$00 (oficial especializado). Os aprendizes receberão entre 1500\$00 e 3750\$00.

O referido C.C.T. estipula melhoria na remuneração do trabalho extraordinário, promoções automáticas e a proibição de despedimentos sem justa causa. O presente C.C.T. vigorará até 31 de Agosto do corrente ano.

RURAIS

Os trabalhadores rurais dos concelhos de Palma, Setúbal, Sesimbra, Seixal, Alcobaça, Barcelos, Moia, Montijo, foram abrangidos pelo C.C.T. que, por portaria de 23 de Janeiro foi estipulado para outros concelhos do distrito. Destes modo os trabalhadores ficam sujeitos do primeiro ano até estabelecidos naquele diploma: 160\$00 para homens; 120\$00 mulheres; 190\$00 tractoristas com carta; 180\$00 - tractoristas sem carta; e ainda de outras vantagens relacionadas com horários de trabalho, previdência, férias, transportes para o trabalho e garantia de contrato. O referido CCT tem efeitos retroactivos a partir de 1 de Novembro de 1974.

ELECTRICISTAS

Os electricistas da construção civil conseguiram novas regalias de trabalho. Entre elas contam-se: 13,33 a 100 por cento de horas extras; a existência de todos os trabalhadores com mais de um ano de serviço; abate do número de promoções; 45 horas semanais remuneradas em cinco dias; despedimentos com justa causa. Relativamente a vencimentos, o leque salarial vai de 1000\$00 a 9000\$00 (oficial encarregado). Estas novas regalias entrarão em vigor a partir da revisão de estruturas classúrias do C.C.T.

VITÓRIA DA UNIDADE VITÓRIA DA ALIANÇA POPULAR

É bem evidente que a aventura contra-revolucionária que acaba de ser desmascarada e esmagada tem por trás de si um longo processo de preparação. A reacção isto é, os detentores do capital monopolista e latifundiário não desarmaram nem desarmam desde o 25 de Abril. Derubado o fascismo, começou por alimentar o projecto de se assenhorar novamente do País e perpetuar a exploração das classes trabalhadoras, mediante a instauração de um regime pseudodemocrático que continuasse a servir os seus interesses e a ser por ele manipulado. O projecto teve uma concretização prática em 10 de Julho de 1974, na tentativa de «golpe de palácio» de Palma Carlos - Spínola - Sá Carneiro. Mas graças à coesão e determinação do M. F. A., seguro do apoio popular, a tentativa acabou por saldar-se numa vitória das forças progressistas e num avanço do processo revolucionário que crises saíram reforçadas as posições do M. F. A. nas Forças Armadas e a sua aliança com o movimento popular.

Menos de três meses depois, em 28 de Setembro, novo confronto com a reacção. Disfarçada de «maioria silenciosa» e, mais uma vez, Spínola e a sua testa de ferro. O grande assalto ao poder democrático (para o substituir por um poder autoritário) é fomentado pelo então Presidente da República nos seus próprios discursos, onde se leva cada vez mais longe o apelo ao despertar das forças da reacção. Os trabalhadores e as massas populares não têm ilusões acerca do significado antidemocrático, de provocações vindas dos mais diversos quadrantes, da ofensiva de boatos, sabotagens, manobras reacção, escaldada que se adensa à medida que se aproxima a data da «manifestação da maioria silenciosa». E no dia 28 de Setembro, as massas populares vêm à rua, montam as barragens de vigilância em todo o País, organizam-se nos seus sindicatos, nos locais de trabalho e nos partidos políticos progressistas. Pode-se afirmar que esta acção concertada do povo foi inteiramente decisiva para consolidar as posições do M. F. A. As Forças Armadas e o Povo realizaram na sua aliança indispensável a garantia de um futuro democrático e ao avanço do processo revolucionário. Novo passo em frente foi dado, no terreno político, com a renúncia de Spínola, o saneamento dos três generais reacção e da Junta de Salvação Nacional e a prisão de numerosos conspiradores.

Com o 28 de Setembro reforçou-se o M. F. A. e o papel político através das campanhas de dinamização cultural que só então foi possível



iniciar e que se revelaram um factor de decisiva importância para a implantação do espírito da Revolução nas populações mais atrasadas, bem como nas próprias Forças Armadas, as quais, pelo contacto directo com o povo, ganharam consciência de toda a amplitude dos problemas a enfrentar. Reforçou-se o movimento popular de massas, que pôs à prova a sua organização, o seu poder de mobilização e a sua força, à escala nacional. Reforçou-se, enfim, uma vez mais, a aliança entre o Povo e o M. F. A., chave do avanço da revolução portuguesa.

Mas a reacção não pôde desarmar e preparou-se para uma nova investida. Continuando intacto o poder dos monopólios e dos latifúndios, os seus detentores puderam voltar a usar livremente as armas de sabotagem económica da «desestabilização» (usada com a cumplicidade do imperialismo internacional), dos despedimentos em massa, do encerramento de unidades fabris, da diminuição da produção, do êxodo de capitais para o estrangeiro, da retracção dos investimentos, e até do fomento (indirec-

amente o aparcionamento de um «Finoche» português. A reacção internacional, organizada, tendo como ponta de lança a C. I. A., apoiou-se, também, cada vez mais em força, a intervir num conjunto de acções claramente conduzidas a uma situação de crise favorável ao golpe que restituiu o poder político aos detentores do poder económico. Sabidamente orquestrada, desenvolveu-se lentamente uma conspiração tendente a dividir as forças democráticas, a dividir as Forças Armadas, a dividir os próprios trabalhadores. Recandida-se, no centro dessa acção divisionista, o anticomunismo usado durante 40 anos como argumento de autojustificação do fascismo: tratava-se de demonstrar que o penigo para a democracia não vinha do poder monopolista e latifundiário, do imperialismo estrangeiro, da reacção, mas antes de

grande ofensiva com vista às eleições, apoiadas nos caciques locais e no claro racismoário e, paradoxalmente, na acção provocatória de grupos irresponsáveis, apoiados em lançar o País numa atmosfera

14 de Janeiro, das numerosas assembleias em que a lei foi discutida do quase totalidade de direcções sindicais livremente eleitas que se pronunciaram no sentido de se consagrar um dispositivo legal que

impedisse o «pluralismo sindical» — arma do patronato e da reacção contra a unidade e contra a liberdade sindical dos trabalhadores — foi possível fazer funcionar a conspiração e jogar numa

Todas estas manobras da reacção culminaram no golpe de 11 de Março. A pronta actuação militar do M.F.A. foi imediata e decidida, tendo sido apoiada pelas forças políticas progressistas e pela poderosa organização sindical que pouco tempo após o início do ataque reacção responderam com uma ampla mobilização.

A acção concertada de toda a estrutura sindical (Intersindical, União dos Sindicatos, Sindicatos, Delegados Sindicais e a pronta resposta dos Trabalhadores às palavras de ordem — paralisação geral e concentração e vigilância em pontos estratégicos — foram decisivas armas na luta ombro a ombro com o M.F.A. na defesa das conquistas democráticas já alcançadas. O veemente apelo de Vasco Gonçalves impõe a nossa atenção:

«Eu daqui exorto as massas trabalhadoras para que se não deixem desurir nos seus sindicatos, para que se unam, para que vejam bem onde estão os seus inimigos e os seus amigos.

A unidade das massas trabalhadoras é indispensável à consolidação da revolução democrática portuguesa.»

A reacção não desarmou com o 28 de Setembro e não desistirá com o 11 de Março se não desarmar o M.F.A. não avançamos resolutamente e não em estreita aliança com o M.F.A. na construção e defesa de uma sociedade realmente democrática.

possível e, afinal, conseguida, divisão das forças democráticas e das Forças Armadas. Esquadrando a direcção fundamental da luta dos trabalhadores pela democracia política, económica e social, contra o poder dos monopólios e dos latifúndios, que, esse sim, é o principal inimigo da liberdade, houve políticos do próprio Governo Provisório que se voltaram contra os trabalhadores, a pretexto de que a unidade sindical garantida por Lei (leia unidade sindical — único meio de evitar os golpes da C. I. A. e do patronato, no seio das massas trabalhadoras) vinha prejudicar o exercício de uma liberdade abstracta (liberdade essa por caracterizar, em todo o caso, na argumentação desses políticos). Certos meios de informação, nomeadamente o jornal «Expresso» deturpam o veneno que puderam em toda esta questão, atacando a Intersindical, acusando-a de partidarismo nas suas tomadas de posição, procurando insinuar que o próprio M. F. A. estava a ser manobrado por «forças tenebrosas» inimigas da «aliança com o poderoso movimento popular de massas, que defendem na rua a revolução, como no 28 de Setembro, e que, apesar de as forças de todo este processo.

Tudo isto conduziu, finalmente, em 11 de Março de 1975, à tentativa contra-revolucionária de alguns oficiais reacção e de alguns sectores da Esmaçada a contra-revolução por iniciativa do M. F. A., cada vez mais coeso, em aliança com o poderoso movimento popular de massas, que defendem na rua a revolução, como no 28 de Setembro, e que, apesar de as forças de todo este processo.

Deste último confronto, não devessemos esquecer os esforços do M. F. A. e o seu papel na construção da democracia, a unidade das forças democráticas mais progressistas e consequentes, o movimento popular de massas e a aliança estreita com as Forças Armadas.

O processo revolucionário tem avançado agora significativamente, impedindo o agru-

CONCENTRAÇÃO E ENGLANÇA MOBILIZARAM O NORTE DO PAIS

«A vigilância dos trabalhadores mostrou ser, uma vez mais, a garantia de que as conquistas democráticas avançaram. No Norte, como em todos os pontos do País, nos locais de trabalho e junto aos quartéis, a classe trabalhadora não abdicou da defesa da democracia, mais uma vez posta em risco pelos reacçãoários. Foi a vigilância dos sindicatos, foi a vigilância de sectores-chave da vida económica nacional.

Mais importa lembrar os mais recentes factos que fazem perder o golpe contra-revolucionário de 11 de Março:

Os ataques caluniosos e as tentativas de divisão do M.F.A., a oposição declarada à sua institucionalização e as críticas à sua importante acção de dinamização e política;

Os ataques à recente legislação sobre o saneamento, agora da responsabilidade da Junta de Salvação Nacional; Os ataques aos liceus e escolas que já ninguém duvida que fomentou e apoiou e com que fim;

O aumento de preços de alguns produtos essenciais com evidente propósito de provocar o descontentamento popular;

Os esforços para convencer os Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.

A acção combinada de uma defesa dos interesses dos patrões e outros de não cumprir o ponto de portarias e despachos do Ministério do Trabalho.

Convocação anónima para manifestações, assaltos a sindicatos, e ao M.T. invocando-se abusivamente os nomes das defesas dos interesses dos Trabalhadores. (A quem interessava roubar e destruir outros pontos de trabalho e o acontecimento quando da manifestação de Trabalhadores da Comissão Civil, junto ao M.T. não avançamos resolutamente e não em estreita aliança com o M.F.A. na construção e defesa de uma sociedade realmente democrática.

tes em momentos de tensão;

O não saneamento do aparelho de Estado, autarquias locais e forças militarizadas;

Além da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, do Sindicato dos Professores (Zona Norte), do Comité Coordenador Pro-Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, da Comissão de Trabalhadores da firma Oliveira e Ferreirinhas, Ld.ª do Sindicato dos Profissionais da Indústria da Borracha do distrito do Porto — entre tantos e tantos outros — uniram a voz num repúdio geral à intenção da reacção, mobilizando para a vigilância e na defesa da democracia milhares de trabalhadores do Norte.

Destacamos, a esse respeito, o comunicado do Sindicato dos Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.

«Depois dos panfletos anónimos, dos boatos caluniosos e dos constantes boicotes económicos mais ou menos camuflados, os trabalhadores do Norte mostraram a todos a sua verdadeira intenção. E através dos elementos nomeadamente que consideramos bastante despolitizados (esses elementos), levaram-nos a tomar decisões corajosas no espírito democrático que o Movimento implantou em 25 de Abril.

Mais uma vez, o M.F.A. e as Forças norteadas pelo seu espírito e com a força que o povo lhes confiou, fizeram «borbar esta desparada tentativa dos traidores à Pátria.

SOLIDARIEDADE DA CGT

Manifestando a sua solidariedade para com a luta travada pelos trabalhadores portugueses durante a jornada de 11 de Março, a Confederação Geral de Trabalhadores Franceses (C.G.T.) enviou à Intersindical Nacional o seguinte telegrama:

«CGT exortamos-vos total solidariedade stop Intersindical trabalhadores e forças democráticas no combate contra as forças reacçãoárias da liberdade e democracia stop.»

No Porto, em permanente contacto com os sindicatos, ou com a União dos Sindicatos, os trabalhadores formaram a frente de vigilância necessária a trazer o passo à reacção. Registamos, a seguir, alguns dos muitos documentos que foram distribuídos no 11 de Março, todos bastante claros e incisivos da firme determinação dos trabalhadores portugueses em defenderem o processo democrático em curso. Assim, o secretariado da União dos Sindicatos do Porto, emita no dia seguinte, o seguinte, o seguinte comunicado:

«Há fortes razões para crer que a C. I. A. esteve na origem do «plano» que transformou a questão da Lei Sindical num dos momentos-chave da escalada contra-revolucionária, após o 28 de Setembro. Apesar da grandiosa manifestação de

um dos partidos da coligação e precisamente daquele que durante 48 anos sustentara a resistência antifascista.

«Há fortes razões para crer que a C. I. A. esteve na origem do «plano» que transformou a questão da Lei Sindical num dos momentos-chave da escalada contra-revolucionária, após o 28 de Setembro. Apesar da grandiosa manifestação de

RESPOSTA PRONTA DOS TRABALHADORES

MAIS UMA VEZ A UNIDADE DO POVO-M. F. A. FOI FUNDAMENTAL PARA VENCER ESTE NOVO GOLPE DAS FORÇAS REACIONÁRIAS, APOSTADAS EM FAZER REGRESSAR O PAÍS NOVAMENTE À OPRESSÃO, À REPRESSIONE MAIS DESPREZADA, À SUBJUGAÇÃO ATROZ DAS MASSAS TRABALHADORAS, TUDO O QUE, NUMA PALAVRA, FOI O DIA-DE-ATA 24 DE ABRIL.

Mais uma vez o povo trabalhador soube responder com firmeza e decisão à mais esta provocação, defendendo na rua, nos locais de trabalho, nas suas organizações sindicais, a jovem democracia portuguesa. A Intersindical, como movimento sindical unitário, é, fielmente, o representante das aspirações dos trabalhadores, lançou todos as primeiras horas quando as forças contra-revolucionárias desencadearam o seu primeiro ataque, as seguintes palavras de ordem: «Paralisação de Trabalho», «Saída organizada para a rua», «Calma e Vigilância» e «Maior Atenção ao Desprezo dos Acontecimentos». Em suma, vigilância popular em estreita aliança com o M. F. A. O primeiro comunicado oficial da Intersindical Nacional saiu às 13,30 horas, apelando para que «tal como no 28 de Setembro, todos os trabalhadores se mantivessem «vigilantes e em contacto com os seus sindicatos». O comunicado finalizava com as seguintes palavras de ordem: «Demonstramos na rua, e junto dos quartéis, o nosso apoio ao Movimento das Forças Armadas do Povo-M. F. A. O Povo está com o M. F. A. Soldado amigo o povo está contigo. Abaixo a reacção».

Pelas 16,30 saiu novo comunicado.

nado, desta vez relacionado com a situação existente na R. T. P. em que «O Secretariado da Intersindical, informado das tentativas de boicote à correcta informação dos acontecimentos que então se estavam a desenrolar «por parte da direcção da Radiotelevisão Portuguesa», exigiu que se tornassem «as medidas de emergência que garantissem a total cobertura da luta das massas populares, em estreita aliança com o M. F. A., para o completo controlo da situação provocada pela reacção e para permitir o avanço do processo revolucionário». A terminar, o comunicado apelava, mais uma vez, para a continuidade e reforço da aliança Povo-M. F. A., para a «Vigilância Activa», lembrando que «Unidos Venceremos». Ao princípio da noite, a situação a situação estava já sob controlo do M. F. A., quando mais tarde, a contra-revolucionários tinham sido derrotados, quando o logro da tentativa reaccionária era já uma realidade. A Intersindical, que acompanhou a par e passo todos os acontecimentos, fez sair um novo comunicado às 23,30, em que ao longo carregado dos primeiros comunicados sucedeu agora a alegria da vitória alcançada.

O referido comunicado dirigido «aos sindicatos e aos trabalhadores portugueses, em nome da reacção de «Camaradas: A vossa decisão e pronta acção foi fundamental para que, em unidade com o M. F. A., fosse derrotado o traiceiro e vil ataque das forças reaccionárias».

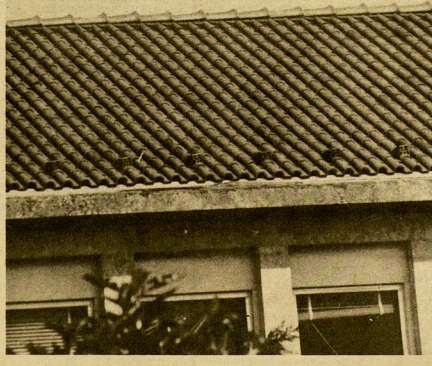
«O Secretariado da Intersindical considera, pelas informações de que dispõe, que já é desnecessária a presença de forças reaccionárias nas vias de acesso a Lisboa.

«Estratagem, é ainda importante manter a vigilância popular, pelo que os trabalhadores deverão dirigir-se aos seus sindicatos».

«O Secretariado da Intersindical entende também que a situação actual permite que amanhã seja retomada a actividade normal, sem prejuízo dos trabalhadores se manterem em contacto com os seus sindicatos, quer directamente quer através dos seus delegados sindicais.» «Através dos órgãos de comunicação social (TV, Rádio e Imprensa) irão sendo difundidas informações que permitam, em todo o momento, os trabalhadores acompanharem a evolução dos acontecimentos». E, mais uma vez, nas palavras de ordem se encontra a responsabilidade da aliança Povo-M. F. A. «Viva a aliança Povo-M. F. A.», «Viva os trabalhadores e o Povo», «Viva o M. F. A.», «Viva a classe trabalhadora», «Viva Portugal».

Em último comunicado dado a público de madrugada, cerca das 1 hora e já com a situação perfeitamente dominada pelo M. F. A., após analisar todo o conjunto de factos que originaram o movimento reaccionário e os porquês da sua não concretização, devido sobretudo à constante vigilância dos trabalhadores e do M. F. A., finaliza, apelando para que os trabalhadores regressem aos locais de trabalho, deixando, no entanto, continuar a manter atenta vigilância e um estreito contacto com os sindicatos, confirmando as palavras de ordem e as acções a desenvolver a cada momento, com o apoio de todos os factos suscitados.

A maioria dos sindicatos contra-revolucionários da Intersindical, mobilizando os seus filiados para mais esta vitória das forças progressistas sobre a reacção.



zarem esperar) contra o poder dos monopólios e latifundiários, contra a sabotagem económica, contra o desemprego e contra o aumento do custo de vida, são exigências imediatas que cumpria pôr em prática para salvaguardar a re-

volução. Os trabalhadores, cimentando o quotidianamente a sua unidade e combatendo todas as manobras divisionistas, continuaram a ser, em aliança com o M. F. A., o principal motor do processo revolucionário.

conseguida, de democráticas. Armadas, Es-treita aliança política, contra o boicote e dos mesmos sim, é o direito de liberdade, de aplicação dos princípios de que se voltaram os trabalhadores, a unidade sindical, a unidade política. A figura de Spínola fora, entretanto, puxada novamente a um plano de relevo, e aparentemente com uma face renovada (mais «socialista»), por um desses órgãos de Informação, especia- lista no divórcio (o já cita- do «Expresso»).

Tudo isto conduziu, final- mente em 11 de Março de 1975, à tentativa contra-revo- lucionária de alguns oficiais reaccionários, que sequestraram a Esquadra por iniciativa do M. F. A., cada vez mais coeso, em aliança com o poderoso movi- mento popular de massas, que defendem na rua a revolução, e a adopção de medidas que ignorar as lições de todo este processo.

Deste último confronto, de- fendido pela uma vez mais, re- forçados o M. F. A. e o seu papel na construção da uni- dade das unidades das forças democráticas mais progressis- tas e conseqüentes, o movi- mento popular de massas, em aliança com as Forças Armadas.

O processo revolucionário avançou, significati- vamente, impedindo o agra-

INGLÊSICA DO PAÍS

tes em momentos de tensão; o saneamento do aparelho de Estado, autárquicas locais e forças militarizadas.

Além da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, do Sindicato dos Professores (Zona Norte), da Comissão Coordenadora Pró-Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, da Comissão de Trabalhadores da firma Oliveira e Ferrerinas, Lda do Sindicato dos funcionários da Indústria de Confeccionaria do Porto — entre tantos e tantos outros — uniram a voz em repúdio geral à tentativa de reacção, mobilizando para a vigilância e na defesa da democracia a maioria dos trabalha- dores do Norte.

Destacamos, a esse respeito o comunicado do Sindicato dos Administrativos do Mercado Mercante, Aeronavegação e Pesca.

Depois dos panfletos anóni- mos, dos boatos caluniosos e das constantes boicotes econó- micos nas zonas de comércio, os elementos das Forças Armadas que consideramos bastan- te despolitizados (esses ele- mentos na lei.) A Assembleia do Conselho da Assembleia dos 200 terá como funções ouvir o Conselho da Revolução e dirigir o processo revolucionário português.

Uma outra decisão importante é a que diz respeito às remodelações ministeriais. O conselho do M.F.A., o mesmo

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MFA

O Problema da institucionalização do M.F.A. ocupou a vida política diversa de antes do 11 de Março. Problema sobre o qual diversos partidos, ditos de esquerda, andavam muito preocupados. A par de esse problema melindroso, e não por acaso, uma campanha se desenhava contra o M.F.A., concentrando-se sobre alguns dos seus elementos mais válidos. O primeiro-ministro, depois do seu exemplar discurso do Sabugo, andava nas páginas de certos jornais navegando ao sabor das penas de comeditores duvidosos que, ligados a certas forças políticas, tentavam a todo o custo desprestigiar aqueles que foram finalmente os grandes construtores da democracia portuguesa.

Foi necessário o 11 de Março para que essa mesmas forças políticas que antes bravavam contra a institucionalização (que veladamente apelidavam de antidemocrática) dissessem agora à boca cheia que essa institucionalização era necessária. Foi talvez mesmo necessário que os aviões facis- tas metralhassem o R.A.L. 1 e se tivesse a lamentar um morto e vários feridos para que os «defensores da democra- cia» seissem para a rua dizendo que sempre tinham sido a favor da institucionalização...?

O 11 de Março e os dias que o antecederam não foram um sinal. O M.F.A. e o povo perceberam-no. Na reunião do M.F.A. que começou a realizar-se na tarde do dia 11 e que só acabou no manhã do dia 12, foi resolvida a sua institucionalização imediata. Não há tempo a perder. O que há muito era insistentemente pedido pelas massas trabalha- doras, que no M.F.A. vêm agora um garante na defesa da democracia, realizou-se: O M.F.A. vai institucionalizar-se.

Essa institucionalização passa pela criação de dois órgãos fundamentais: O Conselho Superior da Revolução e o Assembleia do M.F.A. O primeiro aglutina a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do Programa, tendo poderes legislativos e executivos que brevemente serão defina- dos na lei. A Assembleia do M.F.A. que será uma remodela- ção da Assembleia dos 200 terá como funções ouvir o Conselho da Revolução e dirigir o processo revolucionário português.

Uma outra decisão importante é a que diz respeito às remodelações ministeriais. O conselho do M.F.A., o mesmo

que no dia 11 defendeu a democracia e decidiu a institucio- nalização que criou uma comissão de inquérito para o apuramento dos factos passados no dia 11 de Março; que expulsou todos os oficiais que participaram na intenção, actualmente em fuga, de o seu apoio incondicional ao primeiro-ministro para todo e qualquer remodelação governamental que vise uma maior eficácia na continuação do 25 de Abril. Esta decisão surge com a finalidade de transformar esse órgão híbrido num órgão que sirva realmente os interesses dos trabalhadores.

Quais serão essas remodelações governamentais, ainda não sabemos. Mas uma coisa é certo: muitos problemas graves existem na fase actual da revolução portuguesa. A inflação, o desemprego, a sabotagem económica, o saneamento agora mais do que nunca necessário, são alguns dos factores que têm de ser tomados em linha de conta. O Povo Português, aquele por quem o M.F.A. fez o 25 de Abril, espera n'adidas drásticas que resolvam a sua situação, mesmo que, para isso, lhe sejam pedidos todos os sacrifícios.

Quando à acção cívica das forças armadas, tão mal vista por certos sectores, ela continua agora com muito mais força, no sentido do esclarecimento democrático do povo português. Essa função do M.F.A. não lhe pode ser arrancada e é, tanto quanto a sua força militar, uma das reais barragens contra a reacção.

Quem terá medo de que o povo português esteja esclarecido? Para acalmar os ânimos daqueles que temiam que as eleições não se realizassem na data marcada, o M.F.A. só teve uma resposta: o dia 12 de Abril será um novo marco para a democracia portuguesa. Será eleita a Assembleia Constituinte.

E para finalizar estas palavras do Brigadeiro Vasco Gonçal- ves, proferidas na tarde do dia 11: «A todos os portugueses a todos os patriotas, quer aos trabalhadores, quer à peque- na-burguesia, os quadros, os médios comerciantes, peço que vejam bem as aventuras para as que os nossos inimigos nos podem lançar e que tenham confiança no M.F.A., que está atento e em ligação estreita com o Povo Português e que não permitirá que a reacção volte a dominar este país, VIVA PORTUGAL».

OS SINDICATOS SOVIÉTICOS CULTURAM PARA EMBORA O CULTURAL DOS TRABALHADORES

TRABALHAR no duro e ter tempo para se enriquecer espiritualmente, trabalhar em tarefas pesadas e ter oportunidade de descobrir valiosos talentos artísticos, trabalhar no engrandecimento do país e engrandecer-se ao mesmo tempo a si próprio — eis o que fazem milhões de trabalhadores soviéticos. A prova tem-a no grupo de 30 trabalhadores-artistas, que a convite da Interindustrial, se deslocaram a Portugal, vindos dos mais recuados cantos do gigantesco país que é a União Soviética. Durante 48 anos, o povo português não teve oportunidade de conhecer a verdade sobre o que se passava naquele e noutros países socialistas. Agora, apesar da campanha de calúnias e mentiras que continua a grassar entre nós, uma coisa é certa: temos possibilidades de nos informar e de cada vez que nos chegamos estes visitantes, podemos conversar com eles. Foi o que «Avançar» fez, com dois elementos que acompanharam os trabalhadores-artistas: Eugénio Apárcos, das relações públicas, do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos e o intérprete Alexei Ovsianicov.

socialista como a soviética? E.A. — Os sindicatos num país socialista têm, naturalmente, funções diversas dos países capitalistas. Como diz Lenine os sindicatos são grandes construtores da sociedade socialista.

Os sindicatos desempenham na U.R.S.S. funções de produção, protecção, educação, contactos internacionais. Primeiro, asseguram as massas trabalhadoras participação na gestão da economia, estimulam nas massas a consciência de que os trabalhadores são os donos do país, desenvolvem a iniciativa criadora na resolução dos problemas económicos e sociais. Em segundo lugar, defendem os direitos e interesses económicos de todos os trabalhadores. Neste sentido promovem a melhoria das condições de trabalho, a organização dos tempos livres, a melhoria das condições sanitárias, controlando rigorosamente a aplicação da lei de trabalho e o respeito dos direitos dos trabalhadores. Em terceiro, mais combativo do movimento revolucionário, promovendo a unidade com todos os trabalhadores do mundo e a solidariedade com a humanidade em luta pela paz, democracia e progresso social. Hoje temos 670 mil organizações sindicais de base em mais de 150 empresas industriais, de transporte, de agricultura, em todos os estabelecimentos de função pública, de ensino, de ciência e cultura. Todas estas organizações se agrupam em sindicatos de trabalhadores dum sector ou ramo de actividade. Há 25 sindicatos, e 105 milhões de sindicalizados, praticamente toda a classe operária, camponesa e intelectual do país. Pode afirmar-se que não há na U.R.S.S. nenhum dia da economia



e da cultura que não sofra a influência dos sindicatos.

«A» — Há quem acuse os sindicatos socialistas de não serem livres... E.A. — Liberdade de quê? Liberdade de quem? Os sindicatos soviéticos têm o seu estatuto, aprovado pelo Congresso dos Sindicatos Soviéticos, que é o órgão supremo dos sindicatos e que reúne de cinco em cinco anos. Nestes estatutos está escrito que os sindicatos são as organizações sociais das massas trabalhadoras e que funcionam de acordo com o que estas decidiram.

«A» — Qual a estrutura dos sindicatos soviéticos? E.A. — Em cada oficina (portanto nas várias oficinas de cada empresa) existem grupos sindicais de base. Todos os membros desse grupo elegem um comité de oficina, e ao mesmo tempo, os delegados à conferência sindical da empresa (que engloba representantes de todas as oficinas da empresa).

A nível distrital, existe, por sua vez, uma conferência geral sindical por ramo de actividade. Nesta conferência, são elei-

tos o comité distrital do sindicato em questão e duas espécies de delegados: delegados ao congresso dos sindicatos daquele ramo de actividade em toda a U.R.S.S., delegados ao congresso distrital dos vários sindicatos existentes naquele distrito (Conselho Territorial dos Sindicatos). Este Conselho, por sua vez, elege também delegados à Conferência de todos os Sindicatos da U.R.S.S. O Congresso Geral de todos os Sindicatos da U.R.S.S. elege o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, que elege o «Praesidium» e o secretariado.

Os princípios básicos da organização dos sindicatos soviéticos são dois: centralismo democrático e divisão por sectores da economia.

O centralismo democrático determina o carácter da vida interna dos sindicatos, os direitos dos membros dos sindicatos, estabelecendo que todas as organizações e organismos directivos sindicais devem cumprir as cláusulas dos Estatutos dos sindicatos da U.R.S.S., bem como as resoluções das assembleias gerais

e congressos. Os órgãos inferiores subordinam-se aos superiores.

A divisão por sectores de economia significa que todos os trabalhadores de uma empresa ou estabelecimento se filiaram no mesmo sindicato e cada sindicato reúne todos os trabalhadores do mesmo sector da economia. Este princípio permite que em cada empresa se construa um colectivo unido e disciplinado dos trabalhadores e que em cada sector de economia haja um sindicato único organizado e unido pelos interesses comuns.

«A» — Qual o papel dos sindicatos na vida cultural e no aproveitamento dos tempos livres? E.A. — O aproveitamento dos tempos livres passa por uma base material; isto é, para que os trabalhadores possam ter tempos livres, e goz-los, é necessário que os seus problemas económicos estejam resolvidos. Depois é necessário que haja infra-estruturas que possibilitem esse aproveitamento. Os sindicatos soviéticos têm 22 mil clubes, casas e palácios de cultura, 26 mil bibliotecas, 45 mil projectores de filmes. Anualmente os sindicatos organizam mais de 1,5 milhões de conferências, com 200 milhões de assistentes. As conferências, que tratam de temas científicos, técnicos e políticos, favorecem a elevação do nível cultural dos trabalhadores.

Os sindicatos organizam mais de 7 mil universidades populares de ciência, técnica, artes, assuntos jurídicos e ocupacionais. Cerca de dois milhões de trabalhadores assistem aos cursos destas universidades. Para que interesse não desperdiçado é a economia: os trabalhadores têm consciência de que a compreensão dos problemas económicos lhes dá uma visão do futuro do seu trabalho e lhes abre novas perspectivas para o entendimento da obra colectiva em que estão empenhados. Para que servem os «palácios da cultura»? Dizia Marx que «cada indivíduo na sua alma é um grande artista, mas é preciso que o ajudem a descobrir-se». Desse modo, dois milhões de trabalhadores assistem a cursos de arte ministrados pelos 22 mil clubes que referimos.

Tanta desses trabalhadores estão nesse momento em Portugal, exibindo-se para o público português. Há artistas populares amadores (teatro, orquestra sinfónica, orquestras de instrumentos populares, canto

coral, pintura, arquitectura, cinema, ballet, dança popular, circo, escultura, etc.). Temos 400 mil grupos desse tipo, com 10 milhões de participantes. Além disso, os sindicatos promovem a cultura física dos trabalhadores. Os sindicatos têm 2 500 estádios, nove mil ginásios, milhares de piscinas, e estações de desportos náuticos.

«A» — Qual o papel dos sindicatos na assistência às famílias trabalhadoras? E.A. — Quando se estabelece o poder soviético na U.R.S.S., começaram imediatamente a ser criados conjuntos habitacionais junto das empresas. Criaram-se também clínicas, hospitais, creches, clubes de recreio, estádios, escolas técnicas especializadas. Surgem assim micro-regiões, onde o Estado controla também teatros, cinemas, estabelecimentos comerciais, etc. Tudo isto visa uma efectiva assistência às famílias trabalhadoras.

Por outro lado, cada criança soviética começa a ser assistida logo no momento da concepção, ou seja, logo no momento a qual a mulher que trabalha em serviços pesados deve ser transferida para um trabalho mais leve, desde o momento em que fica grávida, afirmando, no entanto, que os trabalhos pesados são bem pagos que os outros! Claro que a comunicação de gravidez se faz discretamente, por intermédio do delegado sindical, que aplica a situação de trabalho de transferência. Há estabelecimentos hospitalares especiais para mulheres grávidas, ou seja, mulheres que se encontram em estado de gravidez, as mulheres são regularmente observadas em consultórios especiais. Dois meses antes de nascer o filho, a mulher tem férias com pagamento integral do seu salário. O parto e os cuidados médicos ou cirúrgicos são inteiramente grátis. Quando o parto se dá normalmente, a mulher tem direito a 56 dias de férias com vencimento. Se houve complicações ou se nasceram gémeos, a mulher tem direito a 70 dias. A partir dos três meses de idade, a criança pode ir para uma creche, onde permanece até aos 18 meses. Se a mulher preferir ficar em casa, pode faz-lo, ficando o seu lugar reservado e contando o tempo de permanência no lar para efeitos de antiguidade no serviço. Os horários das creches estão estabelecidos de maneira a que os pais não tenham problemas de desfasamento entre os horários do seu trabalho e os horários das creches. Os gastos mensais de cada criança são de cerca de 45 rublos (onde se incluem alimentação, assistência médica, eléctrica, de enfermagem, de amamentação, de cada grupo de 18 crianças há uma enfermeira e duas amas). O preço máximo pago pelas famílias é de 12 rublos; o restante é pago pelo Estado.

Dez milhões de crianças frequentam as creches e os jardins-infantis (até aos 7 anos). No Varão praticamente todos os jardins infantis são gratuitos da cidade. Estão três meses no campo ou na praia, se os pais o preferirem. As grandes fábricas têm regularmente conjuntos infantis (creche e jardim infantil) de cidade ou de campo ou praia.

DESPESAS E RECEITAS DE UM CASAL SOVIÉTICO COM DOIS FILHOS

Uma família composta de pai, mãe e dois filhos, que viva em Moscovo, ponto afastado da Sibéria (uma das características da sociedade soviética é a de os preços serem sensivelmente iguais por todos os cantos do país) ganha, em média, 191 rublos por mês. Na hipótese de ambos os membros do casal trabalharem fora de casa, o que é o caso mais vulgar, e o que prova ter a mulher, sócio alcançado a sua emancipação. As suas despesas, discriminadas no quadro, podem totalizar em média 191 rublos. Não entramos em linha de conta com as despesas do vestuário. Mas alguns preços correntes no U. R. S. S. são: roupa masculina custa cerca de 36 rublos; umas calças, 20 a 27; uma gravata, 2; uma camisa, 6; uns sapatos, 25 a 30; roupa feminina (de Verão), 10; um casaco de inverno, 30 a 40 rublos; calças, 7 botas, 45.

Não há quaisquer gastos com assistência médica, que é inteiramente gratuita para todo e qualquer cidadão. Existem na U. R. S. S., 800 mil médicos diplomados, o que dá uma média de 32 médicos por 10 mil habitantes. Existem, além disso, 3 milhões de camas.

De salientar ainda que não existe na U. R. S. S. o problema da inflação; enquanto os salários têm vindo a aumentar, os preços mantêm-se idênticos ao que eram há muitos anos. Assim, o pagamento mensal pela habitação (que só muito impropriamente pode chamar-se renda de casa) não aumentou desde 1930; a electricidade, o gás, a água, mantêm-se ao mesmo preço de 1945. Depois de Segunda Guerra Mundial só no ano de 1960 se verificaram aumentos de preços generalizados.

O dinheiro que sobra no fim do mês pode ser depo-

sitado no banco, com um juro anual de 3 por cento. Pode também ser investido na compra de uma casa de campo, de um automóvel ou qualquer outro bem individual. O que ninguém pode é explorar o trabalho de outro indivíduo, e, portanto, não pode adquirir meios de produção.

Recetas mensais (Ondenados e prémios)	Fundo social de consumo
Mulher: 141 rublos	49
Marijal: 141 rublos	49
Total	380
Despesas mensais	
Imposto profissional	11,3
Imposto profissional	11,3
Pagamento pela habitação	7,3
Géneros alimentícios	114
Medicamentos	
Despesas com 2 filhos (escola e jardim escola)	82
Preço da estadia dos 2 filhos em acampamento de pioneiros (nas férias)	3
Transportes	16
Cinema	1
Teatro	9
Jornal e revista	1
TOTAL	191 rub.

No total (incluindo renda, 2,6; luz, 1,5; gás 0,6; telefone 2; aquecimento 0,6).

Continua da pag. 10

TRABALHADORES SUSPENDEM GREVE ENTRAINDO EM NOVA FASE DE LUTA

Os trabalhadores da Rádio Renascença, em face dos graves acontecimentos que se registaram cerca do meio-dia de ontem, entendam não ser possível manter silenciada uma rede de emissores que sempre se propuseram colocar ao serviço das classes trabalhadoras e do Povo Português. Assim, e ao tomarem conhecimento de que forças reacionárias tinham inutilizado o emissor de onda média de Lisboa do Rádio Clube Português, os trabalhadores da Rádio Renascença passarão a transmitir em simultâneo a programação realizada pelas camaradas daque-

la estação, o que implicou a interrupção do estado de greve. Comunicações dos trabalhadores num documento emanado às 7 horas do dia 12.

Segundo afirmam, essa decisão correspondeu «a solidariedade que os liga a todos os profissionais da Informação e aos pedidos formulados pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, COPCON e Ministério da Comunicação Social. Entendem os trabalhadores da R.R. que não devem interromper a greve, nas circunstâncias e pelos motivos apontados, responderam «fundamentalmente às obrigações que desde sempre, assumiram, enquanto profissionais de Informação ao serviço dos trabalhadores, enquanto trabalhadores, lutando contra a exploração e a opressão».

Reunidos na madrugada do

dia 12, os trabalhadores discutiram as novas perspectivas abertas ao seu conflito laboral pelas alterações qualitativas decorrentes de mais uma vitória das forças progressistas numa reacção, tendo decidido «retomar uma programação que correspondesse ao momento presente e às responsabilidades dos trabalhadores perante o país».

Contudo não significa isto que a justa luta dos trabalhadores da R.R. tenha terminado; significa apenas que entrou numa nova fase.

Esta fase caracterizou-se pelas seguintes pontas: os trabalhadores decidiram assumir o controlo da situação e criar as condições que, tanto quanto possível, a muito breve prazo, o normal funcionamento da estação emissor; b) considerar irrevocavelmente todos os despedimentos dos onze camaradas e reafirmar que as condições coordenadoras não continuam em pleno exercício das

suas atribuições.

«Esta situação», dizem «é o resultado lógico de actualização do conselho de gerência que vem de facto reflecte, estranha e curiosamente, a evolução da realidade política que determinou o 11 de Março». Os trabalhadores perguntam, com justificadas razões, «que poderão suceder se a estação estivesse sob o controlo dum conselho de gerência que manéja com igual facilidade a mentira, a opressão e a exploração?»

Os trabalhadores da R.R. afirmam «sua fidelidade aos princípios fundamentais da doutrina cristã e à orientação progressista do processo democrático em curso, referindo de seguida «a justa positiva dos movimentos cristãos que têm apoiado esta justa luta, relativamente a uma solução imediata do conflito e à construção de um núcleo da Missão Católica», isto é, «uma emissora ao serviço dos explorados dos opressores».

Por fim, os trabalhadores da R.R. agradecem todo o apoio que têm tido na sua justa luta, «salientando, porém, o carácter determinante que assumiu o apoio inequívoco e em massa das classes trabalhadoras».

MANIFESTAÇÃO CONTRA O DESEMPREGO

PROMOVIDA pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuário do Sul, vai realizar-se no próximo dia 15, pelas 16 horas uma manifestação pública dos trabalhadores do comércio, qualquer que seja a sua profissão, se reforço experimentalmente, nas lutas travadas nas empresas.

«E mais ainda: «Por outro lado também imediatamente a seguir ao 25 de Abril, os trabalhadores do comércio não mais diversas empresas elaboraram e negociaram cadernos reivindicatórios únicos, actuando na prática como se pertencessem ao mesmo e único sindicato».

«Após referir que se tinha reunido uma assembleia geral para legitimar estes factos, o mesmo comunicado afirma que ficará no sindicato os trabalhadores das empresas «predominantemente comerciais» e que representa no distrito de Lisboa, cerca de 9000. E finaliza afirmando: «Neste sindicato poderemos integrar-se, a partir de agora, todos os trabalhadores que prestem serviço nas grandes empresas comerciais, qualquer que seja a sua profissão».

Porque a situação dos trabalhadores deste sector é igual à dos trabalhadores de todos os outros sectores, os promotores, dando cumprimento à decisão tomada em reunião geral de delegados, pedem a adesão de todos os seus camaradas.

SINDICATOS SOVIÉTICOS

Cada rublo vale uns 30 escudos (portugueses) e os salários, sópa, pagam de peixe ou carne, compitas. Além disso, todas as crianças têm diariamente direito a um copo de leite e um pão na escola. No Verão, as crianças em idade escolar podem ir para os acampamentos de férias que custam anualmente 400 mil réis de rublos ao sindicato. Dez mil réis pelos pioneiros que costumam viajar pelos lugares históricos, por exemplo, os locais onde se travaram as grandes batalhas da II Guerra Mundial: Estalinegrado, Leninegra-

do, Kursk, os lugares de batalha de destacamentos de guerrilheiros, de minas e de guerra submarina em Odessa. Visitam também os locais onde as gerações anteriores construíram as primeiras indústrias. Dneprogorsk, a cidade de Magnitogorsk e outras. Todos os acampamentos são gratuitos. São especialmente visitados os que recordam a vida de um pioneiro em lugares de Ulanovsk com a velha casa onde ele nasceu, a universidade de Kazan, etc.

Quando uma criança adoce, um dos pais ou alguém da família que vive com a criança, tem de viajar pelos lugares pagas para assistir ao doente. Se a doença se prolonga para além de 15 dias, a criança é internada gratuitamente numa

EM DEFESA DO CONSUMIDOR



SEMPRE que começa a correr o boato do possível aumento de qualquer produto, há dois fenómenos que se tornam inevitáveis: por um lado, certos comerciantes mais oportunistas tentam esgotar o material existente na mira de o venderem mais tarde já de acordo com as novas tabelas, com lucros redobrados, claro está, e, por outro, alguns consumidores mais endinheirados tratam de comprar quantidades absolutamente exorbitantes do produto, com prejuízo, evidentemente, do abastecimento regular às outras camadas da população. Em relação a este último caso, lamentavelmente há tempos um comerciante de que não houvesse qualquer determinação legal que lhe permitisse recuar a venda de grandes quantidades de mercadoria a um só cliente.

Orá a verdade é que não é bem assim, meus amigos. No Art. 20 do Decreto-Lai. n.º 41 204, de 24/7/57 há dois parágrafos importantes relativos a casos deste género e que é conveniente que conheçamos.

1.º Comete o crime de abastecimento aquele que, com prejuízo do abastecimento regular do mercado, ocultar as suas existências de mercadoria ou produtos, se recusar a vender segundo os usos normais da actividade agrícola, industrial ou comercial ou exigir por eles um preço que manifestamente exorbite dos preços correntes do mercado.

Ter o comerciante recusado a venda de mercadorias em quantidade, susceptível de prejudicar a justa repartição entre a sua clientela ou manifestamente desproporcionada às necessidades normais do consumidor do adquirente.

A terminar e para vossa orientação, as habituais tabelas de preços em vigor de mais alguns produtos:

Pão	(preços máximos de venda ao público)	
	Na padaria	Ao domicílio
Pão de farinha espadada de trigo	1.ª Qualidade (12500, por quilo)	
	Unidades de 50 g	\$60 \$70
	Unidades de 250 g	\$300 \$350
Pão de farinha de trigo	Unidades de 500 g correspondentes a	\$1200/kg + \$50/unidade
	2.ª Qualidade (5500, por kg)	
	Unidades de 500 g	\$280 \$310
Pão de farinha de trigo em rama	Múltiplos de 500 g, correspondentes a	\$550/kg + \$50/unidade
	Unidades de 100, 400 gr e múltiplos:	\$800/kg.
	Pão de mistura	
Pão de farinha de trigo em rama	Unidades de 100, 400 gr e múltiplos:	\$1200/kg.
	São livres os preços de venda de pão cozido em	
	Centão, milho, alho rognico, enriquecido, dietético, tosta, afins, de pão, e de forma.	
Espadada de trigo fabricado em unidades de 30 gr.	Unidades de 100, 400 gr e múltiplos:	\$800/kg.
	São igualmente livres, os preços de pão de farinha	
	espadada de trigo fabricado em unidades de 30 gr.	
Fiambre	Desenlatado	9800/kg
	Enlatado em latas grandes	9800/kg
	Em latas de origem de 1 kg	8300/kg
VENDAO PÚBLICO	Enlatado em latas grandes	9800/kg
	Em latas de origem de 1 kg	8300/kg
	Em latas de origem de 1/2 kg	4350/kg

RECEITAS

SARDAS COM VINHO

É indispensável que se sardas sejam fresquíssimas. Depois de devidamente amanhadas deixam-se estar alguns tempo com bastante sal.

Põe-se ao lume um tacho com o vinho branco necessário à cozedura, a que se acrescenta um cálice de azeite de qualidade adequada. Quando estiver a ferver detiam-se dentro as sardas e uma cebola mediana. Quando a cebola estiver cozida é sinal de que as sardas também estão. Retiram-se então para um prato e faz-se o molho acrescentando ao vinho uma gema de ovo, mantega, sumo de limão, alça e coentro. Depois de apurado detiam-se novamente as sardas para se fazerem a companhia-as com batatas cozidas.

(Gina de Freitas é responsável por esta secção)

Cozinhar pode ser um prazer, para além de constituir, para a maior parte das pessoas, uma obrigação. Quando há uma necessidade, felizmente, ainda nem tudo o que engrandecemos é a vida. Claramente esse tipo de alimentação é muitas vezes o grande ecurar, embora quase nunca económico — para a vida comum-religio de quase todos nós e a verdade é que recorrendo a certos truques, corrigindo os tempos, dando-lhe, enfim, o chamado «toque pessoal», conseguem-se resultados inesperados. Mas as «latas» de sardas, neste caso, não são um recurso.

Por isso resolvemos indicar nesta secção, sempre que possível, algumas receitas que consideramos saborosas, pouco trabalhosas e que sejam de preferência económicas.

SIMPÓSIO EM VARSÓVIA

No intuito de dar os resultados da participação do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio no simposio que do dia 20 ao dia 22 se realizou em Varsóvia, este sindicato convocou uma conferência de imprensa na sede do Sindicato dos Caixaeiros.

O simposio promovido pela União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Comércio de Varsóvia é no qual estiveram presentes, além da organização promotora, a Federação Sindical Mundial, a O. I. T., a Confederação Latino-Americana dos Trabalhadores do Comércio, a Federação Internacional dos Trabalhadores do Comércio e do Comércio Preparatório da União Pan-Africana, além de muitos outras delegações de países filiados, totalizando cerca de 80 delegações, tinha como objectivo a análise geral da situação dos trabalhadores do comércio de diferentes países e regiões de todo o mundo e as formas de defesa dos interesses dos trabalhadores pelos sindicatos dos ramos.

No âmbito das relações internacionais só depois do 25 de Abril pudemos estabelecer e pôr em prática o princípio aprovado em plenário da Inter-sindical que mantém relações a nível internacional, fomentando a ligação em qualquer organização. Acetámos o convite

que nos foi feito pela União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio», afirma-se num comunicado distribuído à imprensa.

Tendo-se discutido dois documentos apresentados pelo I. S. dos Trabalhadores do Comércio da O. I. T., fez-se referência à tendência geral do comércio que, segundo o mesmo documento «é a de se concentrar em unidades que o comércio mundial representam entre 11 e 15 por cento da população activa dos vários países. A tendência geral do comércio foi o de a concentração que também se verifica em Portugal».

No prosseguimento do simposio foi feita referência às dificuldades da economia portuguesa. Em resposta a essa referência, representantes de sindicatos do comércio e de pais socialistas ofereceram-se para entrar em contacto com os seus Governos no sentido de que os produtos dos trabalhadores rurais portugueses fossem comprados por esses países.

No que se refere à organização sindical, foi facilitada a delegação portuguesa estudar o processo de reestruturação sindical em Itália, país escolhido devido ao facto de ter saído recentemente do fascismo. Nesse aspecto, como o foi comunicado, «em Itália os trabalhadores depois de 30 anos de divisão sindical formaram uma só federação sindical, por considerarem que é a melhor forma de lutarem contra o patro-

nato. A unidade existe hoje em todas as empresas, onde os trabalhadores lutam unitariamente pela conquista das suas reivindicações».

Na conferência de imprensa foi ainda referida o caso da verticalização do comércio sobre o que diz o comunicado à imprensa:

«Os trabalhadores do comércio têm desde sempre lutado e procurado organizar-se unitariamente contra a verticalização capitalista. Mas foi depois do 25 de Abril que a tendência geral do comércio dos países do comércio, qualquer que seja a sua profissão, se reforçou experimentalmente, nas lutas travadas nas empresas».

«E mais ainda: «Por outro lado também imediatamente a seguir ao 25 de Abril, os trabalhadores do comércio não mais diversas empresas elaboraram e negociaram cadernos reivindicatórios únicos, actuando na prática como se pertencessem ao mesmo e único sindicato».

«Após referir que se tinha reunido uma assembleia geral para legitimar estes factos, o mesmo comunicado afirma que ficará no sindicato os trabalhadores das empresas «predominantemente comerciais» e que representa no distrito de Lisboa, cerca de 9000. E finaliza afirmando: «Neste sindicato poderemos integrar-se, a partir de agora, todos os trabalhadores que prestem serviço nas grandes empresas comerciais, qualquer que seja a sua profissão».

Continuação do pag. 9

é gratuito. No Norte da Sibéria as crianças vão gratuitamente de avião para o Sul, a mil quilómetros de distância (isto é, quase o dobro da distância entre Moscovo e Lisboa). Também nas escolas, as crianças continuam a ser objecto de especiais cuidados. Nos campos, os pais trabalham até às 18 horas, mas as aulas terminam às 13. Das 13 às 18, as crianças podem ficar na escola: vão passear com os professores, brincam, almoçam e preparam os trabalhos. Os pais ficam inteiramente tranquilos, pois sabem que os filhos não estão entregues a si próprios, em casa, mas sim acompanhados pelos seus colegas e professores. O almoço custa 30 kopeks (o kopek é o centésimo

de rublo. Cada rublo vale uns 30 escudos (portugueses) e os salários, sópa, pagam de peixe ou carne, compitas. Além disso, todas as crianças têm diariamente direito a um copo de leite e um pão na escola. No Verão, as crianças em idade escolar podem ir para os acampamentos de férias que custam anualmente 400 mil réis de rublos ao sindicato. Dez mil réis pelos pioneiros que costumam viajar pelos lugares históricos, por exemplo, os locais onde se travaram as grandes batalhas da II Guerra Mundial: Estalinegrado, Leninegra-

do, Kursk, os lugares de batalha de destacamentos de guerrilheiros, de minas e de guerra submarina em Odessa. Visitam também os locais onde as gerações anteriores construíram as primeiras indústrias. Dneprogorsk, a cidade de Magnitogorsk e outras. Todos os acampamentos são gratuitos. São especialmente visitados os que recordam a vida de um pioneiro em lugares de Ulanovsk com a velha casa onde ele nasceu, a universidade de Kazan, etc.

Quando uma criança adoce, um dos pais ou alguém da família que vive com a criança, tem de viajar pelos lugares pagas para assistir ao doente. Se a doença se prolonga para além de 15 dias, a criança é internada gratuitamente numa

DESPORTO

OS CLUBES DE FÁBRICA

AQUI nos referimos de novo, no último número, ao caso do Grupo Desportivo da Cuf que não conseguia ser um clube popular por mais isto e mais aquilo e o «mais isto» e o «mais aquilo» constituíam precisamente o teor desse artigo. Não vamos repetir. Vamos andar em frente, para já, com um outro exemplo «histórico» e que, no tempo, deu brado: os jogos de passagem de «Divos Estoril» e «Divos Fósforos».

Clubes mais diferentes um do outro não podia haver: o Estoril era o clube rico e, por isso, popular, subsidiado pelo Sociedade Estoril Plage, o Clube da Costa do Sol, o Clube dos Milionários, tinha argentinas e tudo e alguns dos seus jogadores chegaram à Seleção Nacional: «Brazon», Miguel Lourenço, Mata, «Vieirinha» e outros.

O Grupo Desportivo «Os Fósforos» era um clube de bairro ou menos do que isso. Era um clube de rua, quase todos os jogadores moravam na mesma rua, a Rua Capitão Leitão, a Três-os-Fósforos, zona da Lisboa Oriental assim conhecida por se situar atrás de uma fábrica de fósforos, onde precisamente trabalhava a grande maioria dos jogadores da equipa.

O «Fósforos» já não existia, porque foi um dos clubes que deu origem ao Clube Oriental de Lisboa, através de uma fusão com dois outros clubes do bairro (o Chelas e o Marvilhesel). Quanto ao Estoril-Plage passou a Estoril-Praia e subsidiava, através, neste momento, um período de ressurgimento que o pode levar de novo à Divisão, depois de ter andado bastos anos pela III Divisão.

Mais voltamos à história antiga, ainda no tempo dos Campeonatos de Lisboa. O Estoril tardou a chegar à I Divisão na Primeira Divisão Regional porque o último dia I Divisão (várias vezes o «Fósforos») ia o pé aos estilistas nos tais jogos de passagem que, algumas vezes, tomavam as-

pectos de verdadeiras batalhas de campo. Diz-se então que eram os jogos entre o capital e o trabalho, naturalmente o «trabalho» era o jogador e o «capital» o jogador e os rapazes dos «fósforos» (que até caprichavam em ir para os campos de fôto de ganga) recebiam um tal apoio do público que, sentido assim as costas qüentes, de tal modo se agigantavam que bastas vezes atarrasaram a subida dos «capitalistas» ao primeiro plano do futebol nacional.

Vem esta evocação como reforço de quanto dissemos, no último número, no tocante à menor popularidade do Desportivo da Cuf, feito um paralelo, especialmente com o Barreirense. Agora que também firmamos um outro paralelo, este já de ordem internacional. É o caso, lá fora, nos países socialistas, os clubes mais poderosos pertencem, precisamente a grandes empresas fabris, sem que daí resulte qualquer impossibilidade, bem pelo contrário e como bem se compreende.

Não é o futebol que está em causa. Não é o clube que está em causa. É sim o regime em que se vive.

Um clube a uma equipa de uma fábrica num regime capitalista não podem contar com um ambiente de aceitação e de simpatia, quer dentro quer fora dos muros da fábrica, porque não é uma fábrica do povo, é mais uma continuação da fábrica do patrão, é mais um processo de que o patrão se serve para, à custa dos seus empregados, fazer a publicidade de nome da sua firma ou do seu produto.

Num país socialista é diferente. O trabalhador sente que a fábrica é sua, não tem um patrão e explorá-lo, está a trabalhar para uma coisa que é sua e dos seus, é de todos. A fábrica dá-lhe o trabalho e o salário justo e dá-lhe também um protocolo social, a previdência e o desporto e o lazer. E é por isso que têm ido, por exemplo, embaladas desportivas portuguesas à República Democrática Alemã (concretamente, nos últimos anos, Académica e Sporting em Magdeburgo; Benfica e Sporting em Jená), voltando aoente de lá muito admiradas pelo ambiente de popularidade de que desfrutam por toda a parte essas clubes.

Final, é a coisa mais natural deste mundo, como julgamos ter explicado suficientemente.

Carlos Pinheiro



A equipa da Carl Zeiss Jena, representante da importante fábrica de lentes e aparelhos de óptica da República Democrática Alemã. Para a Taça das

Taças de 74-75, o Benfica fez 1-1 lá, 0-0 e foi o goleador lá que conseguiu a equipar portuguesa

CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

NO REGRESSO VINHAM TODOS — relato da companhia n.º 2549, comandada pelo capitão Vasco Lourenço Portugalêa Editora — Preço 35\$00

«... Tudo ficou para trás. Ainda me lembro perfeitamente de alguns pensamentos que me dominavam quando embarcamos para a Guiné. De entre todos, passando pelo lema que quase arranji para a companhia «Contra-ídria, mas... vamos!» ou «Fizemos a guiné na Guiné para encher a PAZ na Metrópole!», havia um que sobressaia: «O meu maior desejo é voltar com todos os homens que levei. Pela vida de um dos meus homens não sei bem que daria!»

O SOCIALISMO E O HOMEM — de A. G. B. de «Chic» Guevara — Iniciações Editoriais — Preço 1\$00

«Nos socialistas, somos mais livres porque somos mais completos; somos mais completos porque somos mais livres.»

«Não se trata de ir do número de quilos de carne que se come, do número de vezes por ano que alguém põe e ir passar à praia, nem de se fazer artigos de luxo importados que se podem comprar com os salários actuais. Trata-se, precisamente, do indivíduo se sentir mais completo, com maior riqueza interior e com muito mais responsabilidade.»

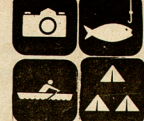
«A argila fundamental da nossa obra é a juventude: nela depositamos todas as nossas esperanças e preparamos a luta para receber das nossas mãos a bandeira»

LUTA DE PORTUGUESES — de Domingos Fernandes de Carvalho — Edições Sociais — Preço 1\$00

Mais um episódio da resistência antifascista contado pelo protagonista, um crítico que começou a trabalhar aos 12 anos ganhando diariamente 3 escudos e 50 centavos.

A DOUTRINA DA IGREJA — Emola para homens a mais? — Col. Mensal — Final 77 — Preço 75\$00

«Nunca a Igreja se recusou a sentir e a viver uma vocação social. E o que sempre se tem podido sentir e a viver é o modo como esse sentido e essa vocação foram interpretados. Como foram concretizados, talvez mais em causa do que em efeito de quem e de que forma.»



Rádio

Alavanca Diariamente das 00.00 às 02.00 no Rádio Clube Português, onda média, a voz da Interessadial.
M.F.A. — Na Emissora Nacional, às 3.ª, 5.ª, e 6.ª, às 18.15; no Rádio Clube Português, às 4.ª e 5.ª e sábados, às 22 horas.

EMISSORA NACIONAL

6.ª feira
15.20 Formação Política
Sábado
16.00 Sindicalismo
17.00 Programa Juventud
Domingo
12.00 Programa sobre Agricultura
21.30 Temas de Desporto
2.ª feira
16.15 Formação Política
17.10 Rádio Estudantil
3.ª feira
21.45 Sindicalismo

4.ª feira
16.00 Economia
16.45 Sindicalismo

5.ª feira
12.00 Formação Política

RÁDIO CLUBE PORTUGUES
18.00 Movimento
23.30 Revolver o Tempo

JORNALIS E REVISTAS

Saudamos o aparecimento do novo semanário «Unidade». O seu nome, só por si, é um apelo a todos nós.

Também foi lançado mais um número da «Revista Internacional», que mantém o interesse dos números anteriores. Além do mais são nela entrevistados o general Costa Gomes e o Comissário Coordenadora do M.F.A. A pergunta «Que pode dizer, senhor Presidente, sobre [...] a liquidação da herança do fascismo?», respondeu assim o Presidente da República: «... A liquidação está a ser processada tão rapidamente quanto possível dentro dos condicionamentos existentes, partindo da convicção de que é impossível edificar um Portugal democrático com os ditos condicionamentos do antigo regime.»

Cinema

ATTICA (Universal) — um importante documento cinematográfico sobre uma revolta de prisioneiros numa prisão alemã.

ESPOR (Sierra de Tuelho) (Universal) testemunho (possível, agora) da Guerra Civil. Um filme de L. PUPARROS (Universal) um pouco da dura luta do Movimento de Libertação Nacional (Lupamar), relatada com verdade.

O MEU TIU (Apelo 70) — um filme de humor sério.
O LEÃO DAS SETE CABEÇAS (Universal) — filme de ficção (Castil).
A CLASSE DOMINANTE (Império)

Teatro

AS ESPINGARDAS DA MÃE CARRAR de Bertolt Brecht — no Tíndalo.
SEARA DE VENTO — no Maria Matos — Manuel da Fonseca a «colocar no palco as personagens do seu romance».
A SEIVA CONTA CATORINA NA LUTA DO POVO de Luis Humberto — no Teatro A.C.M., Porto.

A 10.ª TURISTA de Mendes de Carvalho «Veto-Teatro Odeon» de Santarém — uma companhia desapaixonada com o público lisboeta e interessada nas zonas rurais — nas fábricas, isto é, interessada nos trabalhadores.
25 DE SETEMBRO de R. Demarcay em Évora a dramatização de uma data já histórica.

TV

6.ª FEIRA, 14
1.º PROGRAMA
20.45 Afinal como é? — Um programa que nos ajuda a defender-nos dos especuladores.
21.15 Os Inquiridos do Comissário Maigret

SÁBADO, 15
1.º PROGRAMA
14.25 Cinema de Animação *Carta dia uma esperança* — Um programa pelo dominicano Luis de França, um homem que considera urgente esclarecer a convergência do ideal evangélico com o socialismo.

16.00 Memória do nosso tempo — Foca-se a libertação da Europa, a parte final da ofensiva alemã nas Ardenas e a travessia do Reno pelas tropas aliadas.
20.50 Noite de Cinema — *Meu Carmine* — Um filme húngaro, realizado por Miklos Jancsó

DOMINGO, 16
1.º PROGRAMA
19.30 TV Rural *Diário de uma professora* — Um filme italiano a não perder, particularmente por quem se queira fazer o ensino até ao orden do dia.

20.00 *Telefófono* de Joaquim Letria — Os problemas nacionais abordados corajosamente.
2.ª FEIRA, 17
1.º PROGRAMA
13.00 *Escrever e Lutar* — Conversa com Bernardo Santarém — Um homem que através do Teatro vem denunciando toda uma sociedade prodre: a nossa

11.º PROGRAMA
21.15 Teatro — *A Estátua*, de Luis de Stau Monteiro. Um texto impossível — nos «crans» da TV antes do 25 de Abril

3.ª FEIRA, 18
1.º PROGRAMA
20.15 *Temas e Variações* — Vitorino de Almeida falando de música e de muitas outras coisas importantes

4.ª FEIRA, 19
1.º PROGRAMA

19.25 *Há só uma terra* — A possibilidade de os telespectadores contactarem com a dura realidade portuguesa

5.ª FEIRA, 20
1.º PROGRAMA

19.30 TV Palco — Pantomímica teatral
II PROGRAMA
21.15 Impacto — Um programa de João Martins

NOTAS BREVES

Foi afirmado no Congresso Nacional de Saúde: «A possibilidade de os telespectadores contactarem com a dura realidade portuguesa».

No dia 7, apresento o M.D.M., no Teatro Adoq, o filme «O Homem e a Mulher» — um filme falou o espírito da mulher na Guiné-Bissau. Duss passagens do seu depoimento: «A verdadeira libertação de um povo passa pela libertação da mulher» e «A chave de todas as mudanças é a educação».

O grande escritor russo Gogol dizia que a Ucrânia estava repleta de canções. Podemos acrescentar que também de danças — devido a assistir-nos ao inesquecível espectáculo do Reno pelas tropas aliadas.

Noite de Cinema — *Meu Carmine* — Um filme húngaro, realizado por Miklos Jancsó

Declarações prestadas recentemente à imprensa por um padre e um jornalista-cantor interessados no processo revolucionário: Luís de França («Ca da dia uma esperança» — na TV) e Jorge Letria («A vitória é difícil mas é nossa»). Disse o primeiro quando lhe perguntamos o que pensava do processo que se intitulava cristão: «Penso que são o lugar de refúgio para as pessoas que querem manter o passado, a ordem antiga, uma cultura, um direito, e uma sociedade QUE SE VÃO TORNANDO OBSOLETOS, QUE TANTAS VEZES TI-MAM EM SOBREVIVER E POR ISSO SE AGARRAM DESESPERADAMENTE AO NOME CRISTÃO». E o segundo: «A nossa cultura não se fazia antes de 25 de Abril era uma criança de emergência (falo, naturalmente, do tipo de canção a que estou ligada) para caber nas brechas que se iam abrindo no fascismo e para se alargar, agora na plenitude da liberdade, a intervir na vida de classe

... e não é sinal de alarme, enquanto tanto, a cultura de Alameda (lançada de Alameda) não esteve reativamente destruída e não se puder dizer que O POVO QUEM NÃO ORDENA».

